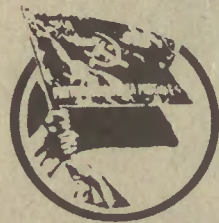


Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 57 — Série VII — N.º 719
8 de Outubro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português | Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX | Tel. 76 97 22 / 25 — Telex 18390 | Composição e impressão — Heska Portuguesa | Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa



Organizações do Partido:

- * DORP aprovou plano de trabalho
- * DORAM denuncia operação de Jardim
- * DORAL e acção da GNR
- * Distrital de Coimbra e fundos
- * Concelhia de Amarante e situação no concelho

Pág. 3 / **Semana**

DELEGAÇÃO DO PCI VISITA PORTUGAL A CONVITE DO PCP

Encontra-se de visita a Portugal, a convite do Comité Central do PCP, uma delegação oficial do Partido Comunista Italiano, dirigida por Alessandro Natta, secretário-geral do PCI.

Durante a estadia da delegação do PCI estão previstas conversações com uma delegação do PCP, a participação num **comício** a realizar amanhã, **sexta-feira, às 21.30 horas na SFUAP, em Almada**, assim como contactos com a actividade do PCP e com a realidade portuguesa.

A visita da delegação do Partido Comunista Italiano a Portugal insere-se nas relações de amizade existentes entre o PCP e PCI.



Mensagem do PCP saúda 17.º aniversário da CGTP-IN

Pág. 4 / **Semana**

RESPOSTA POLÍTICA DE MASSAS À OFENSIVA DA DIREITA

Editorial



O comício de amizade PCP-PC Búlgaro, em que usaram da palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Milko Balev.

Álvaro Cunhal no comício de amizade PCP-PC Búlgaro

«Ainda o novo Governo não aqueceu as cadeiras do poder já começaram em série as medidas de carácter antidemocrático e antipopular»

Págs. 1, 2, e 3 / **Em Foco**



**Se forem despedidas e perderem o emprego
para o Governo não estão desempregadas:
passam a ser «domésticas»!...**

Pág. 1 / **Semana**

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 719

8 de Outubro de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Resposta política de massas à ofensiva da direita

A nova realidade política portuguesa resultante das eleições de 19 de Julho não é uma realidade estática nem de dilatada duração no tempo e no espaço.

Factores de ordem objectiva e subjectiva estão na génese da situação actual — outros de igual natureza determinarão o seu desenvolvimento e a sua superação.

Algumas das alterações produzidas obrigam, contudo, a uma ponderação aprofundada da nova fase da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e da natureza e gravidade dos perigos que ameaçam o regime democrático.

O CC do PCP enumerou já e hierarquizou por ordem de importância um conjunto dessas alterações que irão condicionar nos tempos mais próximos a situação nacional e a acção e intervenção política do movimento popular de massas.

Elegeremos duas das de maior relevo:

Uma: o domínio sem partilhas do Executivo, pelo PSD, o partido da direita que dispondo agora de uma base política alargada se propõe sem ambiguidades restabelecer o poder dos monopólios apeedo e desmantelado pela Revolução de Abril.

Outra: o domínio da maioria absoluta da Assembleia da República por aquele partido no quadro de uma conjuntura externa e interna que ainda se mantém favorável ao processo restauracionista da direita embora acuse nitidos sintomas de degradação.

Na base destes importantes factores resultantes do 19 de Julho a direita governante dispõe agora de condições novas para intensificar pela via executiva, sem obstáculos parlamentares insuperáveis, o processo restauracionista, maneando ao mesmo tempo a maioria da Assembleia da República para tentar impor pela via legislativa leis inconstitucionais com aquele objectivo, mesmo enfrentando o risco de contestação jurídica da sua constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional.

Seguramente, também, a direita restauracionista não deixará de usar aqueles órgãos do Poder como elementos de pressão institucional no processo — que pretende impor a curto prazo — de revisão antidemocrática da Constituição da República.

Ao apontar a gravidade dos perigos da situação, o CC do PCP no seu documento de 23 de Julho alertava contra o derrotismo e o alarmismo no enfrentamento da nova realidade política nacional.

São perigos de facto que não podem ser subestimados mas que numa perspectiva correcta podem e devem ser conjurados desde agora numa acção concertada e convergente das forças democráticas.

Quando o PCP alerta contra os perigos que ameaçam o regime democrático implícitos no projecto restauracionista da direita governante não está, na sua leitura dessa ameaça, a denúncia de uma hipotética restauração do poder dos monopólios necessariamente nos moldes do que foi derrubado em Abril de 1974.

O odioso regime extinto pelo heróico Movimento dos Capitães era a expressão política mais retrógrada e violenta do domínio do grande capital mas o fascismo não é a única forma política do poder dos monopólios.

O Estado monopolista capitaneado sucessivamente por Salazar e Caetano era um Estado fascista e colonial de um país simultaneamente colonizado pelo grande capital estrangeiro e cujo esteio principal assentava num monstruoso aparelho repressivo nas suas formas mais brutais e opressivas.

Certos críticos do PCP acusam-nos gratuitamente de agitarmos um fantasma do fascismo de impossível regresso nos tempos actuais.

É de facto uma acusação gratuita.

As condições mudaram radicalmente. O mundo dos nossos dias sofreu profundas alterações nos últimos lustros. O Portugal democrático da hora actual é o de um povo que tem profundamente enraizados os ideais libertadores de Abril. O fascismo derrotado em 25 de Abril de 74 não voltará e os próceres da contra-revolução têm disso uma clara consciência.

O poder dos monopólios que a direita governante pretende restaurar em Portugal seria um poder do capital monopolista nas condições actuais da era da CEE, da nova divisão do mundo capitalista em três grandes blocos. Mas o poder dos monopólios, independentemente da sua expressão política, assenta nos mesmos pressupostos: concentração e centralização do capital, acumulação capitalista na base da exploração agravada das classes trabalhadoras e da completa supressão de todos os seus direitos e garantias sociais, esbulhamento dos interesses das camadas intermédias da população e o seu esmagamento económico e social, crescente estrangulamento das liberdades e direitos dos cidadãos.

O projecto restauracionista do poder dos monopólios que inspira a filosofia e a prática política do Governo Cavaco Silva/PSD assenta manifestamente naqueles pressupostos.

A reprivatização das empresas, serviços e actividades mais rentáveis e a supressão de muitas das consideradas não rentáveis do sector Empresarial do Estado; a liquidação subsequente das nacionalizações; o accionamento de mecanismos tradicionais de especulação financeira, como a criação dos títulos de participação e a reactivação da especulação bolsista numa escala já quase incontroável; a reanimação da estafada

teoria do «capitalismo popular» e da «democratização do capital»; a «reestruturação» e o desmantelamento de algumas das mais importantes empresas públicas com a desanexação de unidades e sectores produtivos destas empresas (como a Siderurgia, a Quimigal, a Petrolgal, a Lisnave e outras) e a sua venda ao capital privado; a criação de «holdings», são medidas e manifestações típicas do processo de esbulho, pelos capitalistas, dos bens públicos e de concentração e centralização do capital.

A política laboral em curso e os projectos de novas leis laborais, inspirados na eufemística «flexibilização» do mercado do trabalho, apontando à insegurança total no emprego, à completa liberalização dos despedimentos individuais e colectivos, ao aumento do exército de reserva dos desempregados, à generalização do trabalho precário, infantil e mercenário, e ao consequente agravamento da desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho a favor do grande capital, são medidas e manifestações típicas do processo de acumulação capitalista à custa da exploração e da miséria agravadas dos trabalhadores.

A chamada «política agrícola» proclamada como panaceia no programa do Governo implícita a destruição da Reforma Agrária, a liquidação gradual e no mais curto prazo possível das pequenas e médias explorações agrícolas, pecuárias e florestais, a imposição de uma leonina lei do arrendamento rural em benefício dos senhores ricos, a «reconversão» da produção agrícola em obediência às «recomendações» da CEE e aos interesses dos grandes produtores agrícolas e agro-industriais portugueses e estrangeiros, o emparcelamento rural e a extinção dos baldios do povo são já arremetidas concretas da ofensiva restauracionista dos latifúndios no nosso «fá-cies» agrícola.

É, porém, nos domínios e nos projectos de revisão constitucional (que o Governo Cavaco/PSD pretende impor a curto prazo) que os perigos da ofensiva restauracionista se avolumam à distância.

A direita conta com a pressão política dos factos consumados no plano executivo e legislativo e com as anuências e vacilações do PS para impor no plano institucional as suas propostas e postulados de uma revisão antidemocrática da Constituição.

Cavaco e o seu Governo e certos círculos do PS põem como objectivo da revisão constitucional «libertar» a Constituição da sua «carga ideológica», o que é uma fórmula ambígua para ocultar o propósito de alteração de fundo do conteúdo democrático da Constituição.

Precisamente extirpar Abril da nossa Lei Fundamental é o objectivo central da ofensiva restauracionista da direita no prazo mais curto.

Só gente da área democrática já comprometida no jogo restauracionista do poder dos monopólios ou aberta a compromissos antidemocráticos em tal matéria pode aceitar um «consenso» com a direita em termos da revisão constitucional.

As leis de reprivatização do sector público e nacionalizado, as leis laborais, as leis rurais (em particular a da liquidação da Reforma Agrária), as leis eleitorais para a Assembleia da República, para o Poder Local, e para a Presidência da República, são todo um corpo legislativo orientado para a restauração dos monopólios que a serem aprovadas na AR cobririam de opróbrio aqueles socialistas e democratas que se prestassem ao jogo da direita.

Deve dizer-se que as declarações de Vítor Constâncio nesta matéria não dão garantias válidas de não comprometer o PS na revisão restauracionista da Constituição da República como pretende o Governo cavaquista e toda a direita.

Novas medidas antipopulares nos últimos dias confirmam o desprezo pelas promessas feitas no período eleitoral pelo Governo Cavaco/PSD.

Não está suficientemente aclarada a intenção do Governo quanto à supressão e encarecimento de passes sociais, apesar dos desmentidos vindos a público. É de admitir que as reacções imediatas que se fizeram sentir tenham levado a um recuo nos propósitos do Governo.

Depois da subida dos preços dos combustíveis que deve meter no «saco azul» do Governo mais de 4 milhões de contos até ao fim do ano vem agora no plano laboral, depois da prática supressão dos mais de mil postos de trabalho da FACAR, o encerramento da Fornos Eléctricos e o desemprego para os seus 600 trabalhadores.

Só a intensificação da luta popular de massas, o reforço da unidade e a crescente mobilização dos trabalhadores e do povo podem obrigar a novos recuos do Governo, podem melhorar a situação do povo e travar a ofensiva restauracionista da direita.

Na linha de uma necessária resposta política a esta ofensiva o PCP leva a cabo no momento actual um intenso esforço político e organizativo, todo o nosso Partido se empenha no momento actual na criação de uma barreira intransponível aos avanços da direita — pouco a pouco se estão criando as condições para inverter o processo do agravamento da situação do povo que está nos propósitos do Governo Cavaco/PSD.

No plano político os comunistas multiplicam as suas iniciativas e contactos unitários, estão, na prática, a desbravar o terreno para novos sucessos do movimento democrático.

Resumo

30

Quarta-feira

Em Luanda são reveladas novas agressões da África do Sul que apoia com meios de envergadura os terroristas da Unita ■ No Porto, José Eduardo dos Santos, Presidente da RPA, anunciou em encontro com empresários uma revisão da legislação angolana sobre investimentos estrangeiros ■ É divulgada uma «carta aberta», subscrita por Gonet e outros membros do PS, contestando a orientação da direcção do seu partido chefiada por Vítor Constâncio ■ OCDE prevê um aumento do desemprego nos 24 países que compõem a organização. No próximo ano haverá nesses países, segundo as previsões, 31,5 milhões de desempregados ■ São detidos em Madrid cinco jovens de extrema-direita, suspeitos de colocação de explosivos contra manifestantes da ETA ■ Joaquim Chissano, Presidente da RPM, viaja de Paris para os Estados Unidos onde participará na Assembleia Geral da ONU e se encontrará com Reagan e Schultz ■ Nas Filipinas, as forças armadas tomam posições à entrada da capital, na sequência de novos rumores sobre golpe de Estado ■ O Governo da União Indiana denuncia ataques com artilharia e forças terrestres realizados há dias por tropas paquistanesas contra destacamentos do exército indiano, em Cachemira.

1

Quinta-feira

O Presidente José Eduardo dos Santos termina a sua visita a Portugal, afirmando à partida a sua satisfação com os resultados da visita ■ É inaugurado em Lisboa um novo núcleo do Museu da Água ■ Leiria passa a contar no seu concelho com dois centros de saúde ■ Chefes das missões diplomáticas dos países árabes e o representante da OLP em Portugal encontram-se com o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, na sede do Partido Comunista Português ■ A Assembleia Paritária da ACP/CEE reunida em Lisboa aprova três resoluções — duas sobre a África Austral e a terceira sobre a ocupação ilegal e ilegítima de Timor pela Indonésia ■ Tem início em Lisboa, nas instalações da Gulbenkian, o 1.º Congresso do Tejo, organizado pela Associação dos Amigos do Tejo que pretendem, com este encontro, diagnosticar a situação da bacia hidrográfica do rio ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS inicia uma visita à Argentina, segunda etapa da sua viagem à América Latina ■ O coronel Rabuka, que chefiou o golpe militar nas ilhas Fidji, proclama-se chefe de Estado.

2

Sexta-feira

Para impedir uma concentração de protesto contra a falta de segurança na Estrada Nacional 125 que passa junto a Albufeira, uma força da GNR local carrega sobre as centenas de pessoas presentes provocando três feridos ■ Depois de se arrastar por cinco anos é finalmente concluído o novo mercado de Alcântara em Lisboa ■ Ao intervir em Lisboa num comício de amizade PCP-PC Bulgária,

Álvaro Cunhal afirma que «não somos imobilistas nem conservadores. Somos um partido inovador e criativo» ■ Emídio Martins, da direcção da CGTP, afirma num Seminário em Lisboa subordinado ao tema «Ambiente e Mundo do Trabalho», que o modelo de produção escolhido em Portugal «explora tanto os recursos humanos — a força de trabalho — como os da natureza até à exaustão» ■ Mikhail Gorbatchov enuncia em Moscovo um conjunto de novas propostas tendentes ao desanuviamento internacional ■ Participantes na Assembleia CEE/ACP afirmam o seu apoio em defesa dos direitos do povo maubere e condenam o *apartheid* na África do Sul ■ As autoridades japonesas anunciam a suspensão da circulação dos seus navios nas águas do golfo Pérsico.

3

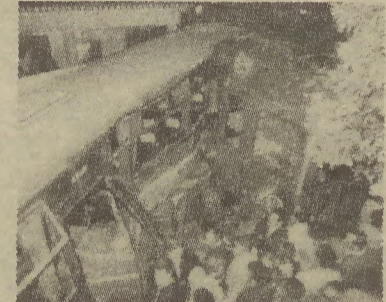
Sábado

Encerra em Lisboa na Fundação Calouste Gulbenkian o I Congresso do Tejo, uma realização da Associação dos Amigos do Tejo ■ Um túlão assola várias freguesias do concelho de Vila da Feira provocando prejuízos materiais avaliados em milhões de contos ■ Um dirigente da União dos Sindicatos do Porto afirma que a situação na Facar «constitui um verdadeiro crime contra a economia nacional e contra os trabalhadores» ■ Em documento sobre questões de ambiente a USP considera o rio Douro fonte de gula de capitalistas e de gente sem escrúpulos, reclamando uma nova mentalidade no modo de as encarar ■ O ministro sul-africano da Defesa reconhece em Pretória que o seu país mantém tropas estacionadas em Angola ■ O Estado-Maior da Armada grega protesta junto da NATO contra a violação das suas águas territoriais por um contratorpedeiro turco no âmbito de manobras da Aliança Atlântica ■ O Presidente da Polónia, Wojciech Jaruzelski, anuncia «uma séria reorganização» da gestão do país em diversas áreas da vida económica, política e social.

4

Domingo

O MDM realiza em Torres Novas uma homenagem a Maria Lamas ■ O PS anuncia para o próximo domingo uma reunião do seu Secretariado Nacional ■ Um acidente ferroviário em Rio de Mouro (linha de Sintra),

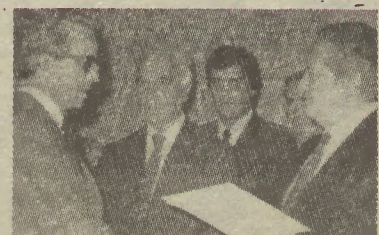


numa passagem de nível, faz duas dezenas de feridos ■ Os ministros dos Estrangeiros da CEE não chegam a acordo mais uma vez sobre o projecto de orçamento da comunidade para 1988; é a primeira vez que o projecto de orçamento não é apresentado na data prevista (5 de Outubro) no Tratado de Roma ■ Palestinos manifestam-se na faixa de Gaza, protestando contra o assassi-

nato de três compatriotas na quarta-feira por tropas de Israel ■ O Iraque anuncia a sua intenção de retomar a «guerra das cidades» após a artilharia pesada iraniana ter bombardeado bairros residenciais de Bassorá.

5

Segunda-feira



No âmbito das comemorações do 77.º aniversário da implantação da República, o PR condecora com a Ordem da Liberdade várias personalidades e entidades que tiveram papel de vulto na luta pelos ideais democráticos ■ Cerca de 600 trabalhadores cristãos da arquidiocese de Braga, reunidos em Calendário (V.N. Famalicão), manifestam-se contra a exploração de mão-de-obra infantil e a economia paralela ■ A CNA exige a sua participação «em todos os órgãos onde se discutam e decidam problemas da agricultura», nomeadamente nos conselhos da Concertação Social e do Plano e no Comité Económico e Social da CEE ■ Representantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária reúnem com Napoleão Duarte e uma delegação do governo salvadoreño para tentarem pôr fim à guerra ■ O presidente da RP de Moçambique, Joaquim Chissano, é recebido na Casa Branca por Ronald Reagan ■ Hosni Mubarak promove um plebiscito para obter um novo mandato como chefe de Estado do Egipto.

6

Terça-feira

A CGTP-IN apresenta uma queixa no Conselho de Comunicação Social contra a RTP por «discriminação» da parte dos serviços noticiosos ■ Em carta ao ministro do Emprego a CGTP-IN denuncia a exploração de trabalho infantil como consequência do «lucro fácil, desmedido e ilegal» ■ O nível cultural das emissões baixará «quase até ao irracional», afirma o Sindicato das Telecomunicações e Comunicação Audiovisual num parecer enviado ao PR ■ A EDP revela que a Secretaria de Estado da Energia negou qualquer subsídio ao preço da energia eléctrica para a Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos ■ «Os Verdes» declaram-se contrários à construção de uma via rápida e de loteamentos para a habitação na Quinta do Barão (Carcavelos) ■ O arcebispo auxiliar de San Salvador anuncia o primeiro acordo entre o governo e os guerrilheiros salvadoreños: serão constituídas duas comissões paritárias para determinar as regras de um cessar-fogo ■ Tibetanos voltam a manifestar-se em Lhasa «pela independência» desta região autónoma da RP da China ■ Eduard Chevardnadze encontra-se com o presidente uruguaio, Julio Maria Sanguinetti ■ A Bolsa de Nova Iorque regista a maior descida jamais ocorrida num só dia ■ Um comboio descarrilou entre a Fuzeta e Oihão, depois de outro descarrilamento ontem perto de Silves.

Avante!
Proletários de todos os países: UNÍ-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira, Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcáçova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 57B —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 36 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 26394

ASSINATURAS:
Alcáçova de Baixo, 57-4.º Esq. —
1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º —
4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87



Manipulados números sobre o desemprego

Baseado na «síntese mensal de conjuntura» divulgada pelo Banco de Portugal, um comentário emitido pela Secção de Informação e Propaganda (SIP) do PCP, contesta a veracidade da «descida» da taxa de desemprego.

Numa nota datada de quinta-feira passada, a SIP afirma que, «pondo de parte outras considerações sobre a «descida» da taxa de desemprego para valores que aquele estudo (do Banco de Portugal) situa em 8,3 por cento — ao nível de 1983, conforme foi afirmado em alguns órgãos de informação — torna-se indispensável recordar os vícios,

defeitos e imperfeições contidos nas normas e critérios que servem de base à elaboração das estatísticas do emprego». Concretizando a SIP destaca:

- Mals de 100 mil mulheres desempregadas passaram a figurar nas estatísticas como domésticas, deixando de fazer parte da população activa, o que in-

fluencia obviamente a taxa de desemprego.

- Basta alguém ter trabalhado uma hora na semana anterior à do Inquérito para passar a ser classificado como empregado. Muitos trabalhadores e trabalhadoras, obrigados a lançar mão de qualquer tarefa ocasional, são assim considerados nas estatísticas oficiais como efectivamente empregados.

- Algumas dezenas de milhares de jovens, episodicamente em acções de formação profissional — OTL,

OTJ, etc. — são igualmente contabilizados na população empregada, apesar de ser sabido que essas acções de formação profissional não comportam qualquer garantia de emprego.

Falta de credibilidade

Os dados do Banco de Portugal não oferecem credibilidade. Da nota da SIP depreende-se que a «conjuntura» analisada é uma conjuntu-

ra desconjuntada. A SIP acusa o Governo de manter normas e critérios viciados, «manipulando-os a seu bel-prazer». Assim, assinala a SIP do PCP, dirigindo-se aos órgãos de informação, que cabe «alertar a opinião pública para a insistência oficial em recorrer a métodos comprovadamente falseadores da realidade».

Conclui a nota da SIP:

«Descidas da «taxa de desemprego» obtidas desta forma — e que podem, portanto, coexistir absurdamente com a manutenção ou agravamento do desemprego real — servi-

rão bem o empenho propagandístico do Governo e o seu deliberado propósito de espalhar ilusões e esconder a extensão de um gravíssimo problema da sociedade portuguesa. Mas não facilitam, antes retardam e adiam a definição de uma política económica e social que urge concretizar para fazer face à calamidade social do desemprego massivo, dos milhares de empregados com salários em atraso e do inaceitável crescimento dos contratos a prazo, que atingem já os 18 por cento, percentagem nunca alcançada até ao presente.»

**SECTOR MINEIRO
ESTRATÉGICO EM PORTUGAL**

**Situação
e perspectivas**

**Documentos Políticos
do Partido Comunista Português
SÉRIE ESPECIAL**



Utilidades

No último fim-de-semana a RTP decidiu dedicar um dos seus horários nobres a uma coisa patrocinada pela cadeia de hotéis D. Pedro. Inesperadamente cuidadosa, tratou de escarranchar no genérico que o tal programa era de «inteira responsabilidade das entidades nele referenciadas» — a tal D. Pedro e mais uns. Só não explicou por que é que um programa tão exterior à RTP foi enfiado à força pela goela de seis milhões de portugueses — auditório de que a televisão se gaba ter no horário escolhido para a transmissão — mas de certeza que foi esquecimento: a força anímica indispensável para a RTP se lembrar de emitir um espectáculo daqueles, consumiu, obviamente, todos os recursos de memória disponíveis lá pela 5 de Outubro. A quem julgue que nos estamos a preparar para uma sessão de bota-abaixo, esclareçamos desde já que é nossa convicção de que tudo aquilo se passou segundo as regras aceites como civilizadas há uns bons milhares de anos: valeu tudo mas não se tiraram olhos. Havia anedotas com barbas ou simplesmente grosseiras, mas isso é normal em democracia.

Tratava-se de propaganda pegada aos tais hotéis D. Pedro, mas como era da «inteira responsabilidade das entidades referenciadas», ninguém tem nada com isso, muito menos a RTP — o que é absolutamente normal em democracia.

Uma espécie de concurso de misses hoteleiras passeou um grupo de raparigas perante assistência gordamente instalada à mesa, mas cada um tem o «jet-set» que pode — e, portanto, merece — o que continua a ser normalíssimo em democracia.

Mostraram-se luxos hoteleiros como se eles estivessem ali ao desdobrar da bolsa de qualquer cidadão, mas isso não é mais alienatório que uma vulgar telenovela — o que só confirma a normalidade democrática que presidiu a toda a transmissão.

Além disso o povo é sereno, como se sabe. A única novidade neste democrático estado de coisas surgiu só quase ao fim, quando o apresentador — o Breyner das graçolas — transbordou do «smoking» (onde, de resto, nunca coube) um desarranço de se lhe tirar o chapéu. Dizia ele que não estava ali para dar automóveis — o que deixou logo as concorrentes, se não descalças, pelo menos a pé.

Mas não ia deixá-las partir assim — pelo menos a vencedora havia de sair com alguma «coisa útil», caramba!

Sabem o quê? Um emprego! Um emprego é uma coisa útil, na verdade. É mesmo uma coisa que vale sempre a pena ter em casa.

Ao lado do frigorífico, por exemplo. Ou das panelas. Ou dos tachos.

Vai daí o Breyner, que pelos vistos é entendido em utilidades, chamou um senhor ao palco — por acaso dos hotéis D. Pedro — para lhe dar a oportunidade de ser útil perante o País inteiro. Dando, à vencedora, uma coisa útil chamada emprego, ou vice-versa, já não nos lembramos bem.

Como se calcula, o homem ficou surpreendíssimo. Não estava nada à espera, coitado, ser útil assim sem mais nem menos, só do maroto do Breyner, santo deus! Mas aguentou-se como um empresário de lei. Deu uma coisa útil à menina.

Um emprego.

Mas o Breyner é de força, implacável no que toca a utilidades. Daí haver desatado, num ambiente de asfíxiante expectativa, a sortear empresários entre a assistência. Cinco, exactamente — os suficientes para darem uma coisa útil a cada uma das meninas.

Um emprego, um.

Por cabeça, claro. A cada uma, a sua coisa útil. E foi comovente ver aqueles senhores todos, resplandecendo surpresa e maquilhagem televisiva (nunca se sabe quando se é solicitado a ser útil perante o País inteiro, né?), a dar uma coisa útil a todas as concorrentes.

Um emprego.

Tratou-se de um programa deveras esclarecedor. Com ele ficou a saber-se como os nossos dinâmicos empresários privados preparam a recuperação económica do País: dando empregos. A meia dúzia de cada vez. Trabalho? Especialização? Produtividade? Formação profissional? Planificação? Rentabilidade? O que é isso perante um emprego? Uma inutilidade, é evidente.

Uma proposta bem ao jeito do PSD/Jardim...

O verdadeiro objectivo é reduzir os deputados da oposição — alerta a DORAM do PCP

A proposta de redução do número de deputados apresentada pelo PSD na Assembleia Regional agrava a situação constitucional que é a existência de círculos eleitorais uninominais, limita a participação das populações no principal órgão de decisão da Região e visa reduzir a participação das forças democráticas na Assembleia Regional — o alerta é dado à opinião pública pelos comunistas madeirenses em nota de Imprensa divulgada recentemente pela DORAM (Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira) do PCP, que sublinha mais adiante:

«A proposta do PSD aumenta o número de círculos eleitorais que apenas elegem um deputado, o que viola o n.º 1 do artigo 10.º, bem como o n.º 2 do art. 233.º da Constituição, que determina que a eleição da Assembleia Regional seja de harmonia com o princípio da representação proporcional».

Acréscima a DORAM: «A manutenção desta situação é apenas determinada por interesses partidários do PSD, já que a existência de círculos eleitorais só beneficia o PSD, como se prova se, por exemplo, aplicarmos os resultados da última eleição para a Assembleia Regional a um único círculo eleitoral: o PSD não teria

eleito 40 mas sim 36 deputados».

Refira-se ainda que, de acordo com a proposta do PSD, o número de eleitores por deputado passaria de 3500 para 4000. Comenta a Direcção do PCP na Madeira: «Em democracia o que é natural é o aumento da participação popular nos órgãos de decisão, mas para o PSD tal princípio não se aplica no seu conceito de democracia».

Encargos financeiros? Reduzem-se as benesses...

Para a proposta que apresentou o partido de Alberto

João Jardim argumentou razões de ordem financeira. Responde assim a DORAM do PCP:

«Sendo verdade que os encargos financeiros para a Região com a Assembleia Regional são elevados, resultado das decisões tomadas pelo PSD na própria Assembleia sobre os vencimentos e outras benesses financeiras dos senhores deputados, contra os quais o PCP não só votou contra como propôs a sua revogação, não é reduzindo o número de deputados que se resolve tal problema.

«De facto, não é compreensível que sendo o salário mínimo mais elevado 25 600\$00 por mês, ou seja, 853\$30 por dia, um deputado receba de vencimento 120 100\$00 e se não residir no Funchal ainda tem direito a 24\$00 por km de transporte e 750\$00 por cada refeição.

«Reduzam-se os vencimentos e benesses financeiras dos senhores deputados para níveis comportáveis não

só para as finanças da Região, mas mais consentâneos com a realidade do nível de vida da população e então resolver-se-á o problema dos elevados encargos.»

O verdadeiro objectivo

A concluir a nota divulgada no Funchal aos órgãos de Comunicação Social, a DORAM salienta:

«É claro que o objectivo central da proposta agora apresentada pelo PSD, é de reduzir o número de deputados da oposição na Assembleia Regional. Pela nossa parte tudo faremos para contrariar tais objectivos, quer na Assembleia Regional quer na Assembleia da República.

«Desde já a DORAM do PCP afirma a sua disponibilidade para analisar com todas as forças da oposição, as consequências, medidas e soluções imediatas e futuras.»

Comunistas de Amarante analisam situação no concelho

• O caso da Tabopan

A situação em que vivem muitas centenas de trabalhadores das empresas de Amarante, em particular na **Azevedo Miranda, Futuro da Silva, Caves Moura Basto, Alberto Marinho e Tabopan** foi objecto de análise na última reu-

nião da Comissão concelhia de Amarante do PCP, tendo este organismo considerado particularmente preocupante o caso da Tabopan, empresa onde se avoluma a «incerteza quanto ao futuro», devido sobretudo ao facto de o contrato

de viabilização prometido pela gerência nunca mais se concretizar.

No comunicado onde dão conta da situação naquela empresa, os comunistas de Amarante chamam a atenção, por outro lado, para a falta de matéria-prima e para o não cumprimento dos acordos feitos pela administração, razões que estão na origem das crescentes dificuldades sentidas pelos trabalhadores e da

sua «desconfiança quanto à possibilidade de manter os postos de trabalho».

A extinção de alguns serviços e especialidades no Hospital Distrital de Amarante foi também condenada pela Comissão Concelhia de Amarante do PCP que classificou esta medida do Ministério da Saúde como «um rude golpe nas aspirações das populações a uma assistência médica melhor e mais próxima».

Plenários e reuniões em Évora

Está marcada para hoje em Évora uma reunião de militantes comunistas das UCPs/Cooperativas do concelho, para análise da situação no sector. Trata-se de mais uma iniciativa do Partido enquadrada nas conclusões do recente plenário da organização do PCP de Évora e nas orientações definidas pela Comissão Concelhia, que podemos sintetizar assim: **«Impõe-se um amplo debate na organização partidária com os trabalhadores e a população».**

No concreto, os comunistas procurarão dar o seu contributo para que se torne claro para as populações o que significará a aplicação do programa do Governo de Cavaco, designadamente em sectores tão importantes para o concelho eborense como o Poder Local, a área laboral (desemprego, trabalho precário, salários, segurança social, forma-

ção profissional, etc.), desenvolvimento económico e social, habitação, saúde, educação, cultura e desporto.

Segundo a Comissão Concelhia de Évora, serão realizados plenários e reuniões específicas, para análise da situação sector a sector, de forma a ser possível uma nova e rigorosa abordagem da problemática actual que permita traçar com bases sólidas e realistas propostas de trabalho e acção, que tenham em conta a defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, a defesa do regime democrático português e dos traços característicos e fundamentais da Constituição e a defesa de uma política de unidade democrática.

Com as populações dos bairros e das freguesias rurais também decorrerá um conjunto de debates.

Sector Empresarial do Estado Debate no Vitória

Por iniciativa da Direcção Regional de Lisboa (DORL) do PCP vai realizar-se amanhã (sexta-feira) no Vitória um debate com quadros do Partido sobre o Sector Empresarial do Estado (SEE). A iniciativa está marcada para as 19 horas.

Na nota informativa que o Executivo da DORL, fez chegar à nossa Redacção apontam-se os temas que serão introduzidos para debate. A saber: o significado das nacionalizações e a sua importância na transformação da sociedade; aproveitamento do SEE ao serviço da política de direita; objectivos do actual Governo para o SEE e a luta ideológica em torno desses objectivos; dificuldades e possibilidades da luta contra a ofensiva de direita.

Estão previstas intervenções de abertura pelos camaradas do Comité Central **Carlos Carvalhas, António Andrez e Gorjão Duarte** e por **Octávio Teixeira**, deputado comunista na AR.

PCP



DORP aprovou plano de trabalho

Reunida no passado sábado no Centro da Boavista, a Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP aprovou as bases do plano de trabalho do partido no distrito para o período de Outubro a Dezembro. Das iniciativas já consideradas — lê-se num comunicado divulgado à Imprensa — a DORP torna pública a realização nos próximos dias 7 e 8 de Novembro de uma grande iniciativa de carácter político-cultural comemorativa do 70.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro.

A actual situação política e partidária a nível nacional e regional mereceu a atenção dos camaradas da DORP, que deba-

teram «as potencialidades de luta existentes em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e restantes camadas laboriosas, e do regime democrático consagrado na Constituição».

O desenvolvimento da luta de massas, a acção em prol do reforço e dinamização das organizações, movimentos e organismos unitários, a insistência no desenvolvimento da unidade e da acção comum ou convergente de todos os democratas, o prosseguimento e reforço da intervenção no Poder Local democrático e questões da luta ideológica estiveram em foco no plenário da DORP.

Recolha de quotas Campanha distrital em Coimbra

«Este ano a pré-campanha e a campanha eleitoral obrigaram a um esforço suplementar da organização do partido e conduziram a que se tivesse dado uma menor atenção à cobrança das quotas». Para responder a esta situação, está a decorrer em Coimbra desde o passado dia 1 uma campanha de âmbito distrital para recolha de quotas, a que nos referiremos mais pormenorizada-

mente em futura edição.

Os organismos executivos da Comissão Distrital do PCP, em nota dirigida às Comissões Concelhias, de Freguesia e Locais, células de empresa e outras estruturas do partido, recomendam algumas orientações de trabalho essenciais para a acção em curso:

- Definir com rigor objectivos e metas a atingir;
- Constituir brigadas que

contactem os camaradas nas zonas ou organizações previamente definidas;

- Estudar e discutir os resultados da campanha.

«Depois desta jornada», sublinha a Distrital do PCP, «certamente muitos camaradas terão sido de novo contactados e a partir daqui poderão vir a estabelecer também uma ligação mais regular ao partido».

XI Conferência da Reforma Agrária Excursões a Évora

Por iniciativa da organização local de Lisboa do PCP vão realizar-se no próximo dia 25 (um domingo) várias excursões à XI Conferência da Reforma Agrária. A inovação deste ano para estas viagens de convívio e solidariedade consiste no contacto com a realidade autárquica em municípios dos distritos de Santarém e Évora.

As inscrições funcionam nos Centros de

Trabalho do partido na cidade de Lisboa (750\$00 por lugar). Oportunamente divulgaremos aos nossos leitores o programa completo destas excursões, que têm diferentes pontos de partida e itinerário, coincidindo num mesmo objectivo: estar em Évora no dia 25 para um abraço de amizade solidária-aos trabalhadores das UCP's/Cooperativas.

População das Fontainhas (Albufeira) exige passagem desnivelada na EN 125

• DORAL do PCP protesta contra a actuação violenta da GNR

Em nota de Imprensa divulgada em Faro no passado dia 3, a Direcção Regional do Algarve do PCP «exprime o seu mais vivo protesto contra a forma selvática que, por acção de um comando da GNR, se abateu sobre a população das Fontainhas (Albufeira), quando estes justamente manifestavam o seu protesto pela ausência de medidas há muito reclamadas para a

construção de uma passagem desnivelada na Estrada Nacional 125, de forma a proteger a circulação de crianças e demais peões».

A DORAL do PCP recorda mais adiante que a ausência da passagem desnivelada, «no quadro de uma obra acabada à pressa, com fins marcadamente eleitoralistas por parte do Governo, já provocou num curto espaço de tempo

variadíssimos acidentes, entre os quais seis vítimas mortais». A gravidade desta situação é acrescida uma vez que «coloca em perigo a vida de crianças no acesso diário à sua escola primária».

Ao mesmo tempo que se solidariza com a justa luta da população das Fontainhas, a DORAL sublinha que não podem ficar isentos de respon-

sabilidades pelos acidentes que ali têm ocorrido «aqueles que no Governo há muito deveriam ter tomado as medidas necessárias para resolver uma situação que criaram».

A Direcção Regional do PCP, depois de referir que se encontravam crianças entre os populares atingidos pela violenta e despropositada carga da GNR, «reclama que se proceda a um rápido e rigoroso inquérito para apurar responsabilidades e simultaneamente para se tomarem medidas com a celeridade que a situação impõe, de modo a ser construída a passagem desnivelada há muito reclamada pela população».

SAÚDE!

BOLETIM DO SECTOR DA SAÚDE
DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PCP
N.º 6 ANO 1987 SET. / OUT.

TAL GOVERNO, TAL PROGRAMA... Um Programa para a Doença

O Programa do XI Governo, apresentado na Assembleia da República, constitui, como oportunamente o nosso Partido já afirmou, um programa de subversão de contra-revolução, de desestabilização e de destruição do regime democrático consagrado na Constituição da República. É um programa à medida dos interesses do grande capital, contra os trabalhadores, sem fazer qualquer concessão, nem mesmo na área da Saúde.

Tão propagandeada tem sido a adesão de Portugal à CEE que não resistimos a comparar a noção situação à existente naqueles países onde, de um modo geral, as sociais-democratas, por motivos que não aprofundamos, concedem aos trabalhadores maior direito à Saúde. Basta comparar as despesas anuais que aqueles países

mantêm, a menos que o Estado dê uma ajuda. Nesse caso, tornar-se-ão ainda mais dependentes para o Orçamento do Estado que bons serviços públicos de Saúde.

O programa visa a destruição dos serviços públicos quando afirma que «continuará o Governo a colaborar com aquelas (Misericórdias) acordos para a devolução dos respectivos Hospitais», retirando à rede Hospitalar unidades fundamentais, que são os Hospitais distritais. Estes, em vez de serem transformados em instituições de carácter, deverão, pelo contrário, ser postos a funcionar na sua plena capacidade. Aos Hospitais que escaparem será aplicada a Carta Hospitalar, conforme também é afirmado no programa do Governo. Isto significa que lhe serão retiradas especialidades, obrigando as populações de

O programa do Governo na área da Saúde, os novos poderes conferidos à Inspeção Geral dos Serviços de Saúde (IGSS), a triste história de um Hospital em Belez (S. Francisco Xavier) e o escândalo dos depósitos que o Orçamento do Estado destina para a Saúde no Citybank (ver *Pontos Cardeais*), são os temas tratados no boletim do Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, na sua edição de Setembro/Outubro.

Camaradas Falecidos

António Malvar

Destacado militante e luter antifascista, faleceu recentemente em Vila Nova de Famalicão o nosso camarada António Cleto Malvar, de 74 anos. Durante a clandestinidade prestou uma valiosa ajuda ao trabalho do partido.

António Martins

Com 82 anos faleceu no Algarve o militante do PCP António Martins, primeiro-sargento reformado da Marinha. Era membro do partido desde 1975.

Aníbal Neves

Operário da «Cavan», faleceu o camarada Aníbal Dinis

do Carmo Neves. Foi membro da Comissão Concelhia de Faro e dirigente do Sindicato dos cerâmicos da região algarvia.

Luís Álvaro Fragoso

Após prolongada doença faleceu recentemente o nosso camarada Luís Álvaro Fragoso, de 31 anos, trabalhador da Sismet, em Lisboa.

••

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.

Acontece na Mealhada

O risco quotidiano de ir à escola...

Só a unidade de todos levará à resolução do problema — salienta a Comissão Concelhia da Mealhada, do PCP, em comunicado dirigido à população desta localidade, que está em luta por um acesso que garanta a segurança das crianças que frequentam a nova Escola Preparatória.

Abrindo as suas portas sem o equipamento necessário e com a lama a cobrir os caminhos de acesso, a nova preparatória da Mealhada é uma verdadeira armadilha para os que diariamente têm de atravessar o inferno da Estrada Nacional n.º 1 (que liga a capital ao Porto e ao Norte) para aí frequentarem as aulas, ficando as suas fa-

mílias em constante sobresalto.

Após sucessivas manifestações de incúria e desleixo, tanto da parte da Câmara como do Governo, a população avançou para a luta, exigindo uma rápida solução para esta ameaça à vida humana.

Há muito que o PCP levantou o problema e procu-

rou através dos seus representantes nas autarquias e na AR uma solução adequada e rápida. Diz a propósito o comunicado divulgado pela Concelhia local do PCP:

«Já em 1984, a 4 de Maio, a deputada Zita Seabra apresentou na Assembleia da República um requerimento sobre o assunto. Seguindo a resposta do Ministério, a autarquia (nessa data PS), tinha já conhecimento de estudo da Junta Autónoma de Estradas (JAE). O tempo foi passando e as obras que garantissem a segurança das crianças (e funcionários e professores tam-

bém) ninguém as viu. Em 86 e 87 (já com Câmara PSD) de novo a deputada Zita Seabra levantou o problema na AR, assim como os nossos eleitos na Assembleia Municipal. Desta vez nem resposta obteve a deputada comunista, o que demonstra o desprezo dos governos pela grave situação que se vive na Mealhada.

Ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade para com a população, a Concelhia do PCP contactou o Grupo Parlamentar do Partido para as «diligências necessárias junto dos órgãos governamentais».

Terra mais viva trabalho mais humano — exige a CGTP-IN

«Terra mais viva, trabalho mais humano» foi o lema do seminário sobre ambiente e mundo do trabalho que a CGTP-IN, com o apoio da comissão nacional para o Ano Europeu do Ambiente, efectuou nos dias 2 e 3 de Outubro em Lisboa e no qual participaram dirigentes e activistas sindicais, especialistas e técnicos, representantes do Comité Económico e Social da CEE, da Associação Nacional de Municípios, da Escola Nacional de Saúde Pública e membros de associações e comissões ecologistas.

Uma sessão solene em Lisboa e um comício no Porto, entre outras iniciativas promovidas pelas uniões distritais de sindicatos, assinalaram o 17.º aniversário da fundação da central unitária dos trabalhadores portugueses.

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da comissão executiva da CGTP-IN, afirmou no Porto que a central vê «com apreensão e, por que não dizer, mesmo com revolta, que subsistem e, nalguns casos, se agravam, os principais problemas sociais dos trabalhadores e suas famílias».

Aquele dirigente revelou ser intenção da intersindical levar «um conjunto de questões prioritárias, cuja satisfação é da mais elementar justiça e que permitiriam atenuar graves desequilíbrios sociais e corrigir situações altamente gravosas para os trabalhadores», à reunião marcada para ontem com o Primeiro-Ministro.

Carvalho da Silva fez questão de lembrar na sua intervenção as reivindicações aprovadas pelo conselho na-

cional da CGTP-IN na sua última reunião, nomeadamente a actualização dos valores do salário mínimo nacional e a melhoria do seu regime legal, a actualização das pensões e outras prestações da segurança social, a diminuição da idade de reforma, a universalização do direito à segurança social, a melhoria das condições de higiene e segurança nas empresas, a redução para 40 horas da duração máxima da semana de trabalho, o combate eficaz à exploração de mão-de-obra infantil e à praga dos salários em atraso.

O ambiente e o mundo do trabalho

«A produção não pode sacrificar elementos de que o

homem necessita para a sua realização pessoal, ou seja, o que o homem produz não pode, aliás, não deve entrar em competição com factores indispensáveis ao homem e à sua sobrevivência» — afirmou Emídio Martins, da comissão executiva da CGTP-IN, na abertura do seminário sobre ambiente e trabalho.

O seminário debateu aspectos da política de ambiente como a destruição das florestas, a incorrecta utilização e a desertificação dos solos, a poluição dos cursos de água e das praias e o desperdício dos recursos naturais.

«As causas profundas destes novos problemas com que o homem se defronta — afirmava-se no documento base de apoio à discussão — não radicam no progresso tecnológico em si mesmo, mas antes na forma como a sociedade se estrutura para gerir esse progresso. Os problemas ambientais são também problemas sociais.»

Mas a CGTP-IN entende que a questão do ambiente «não se põe somente ao nível da preservação da natureza e dos equilíbrios ecológicos» e chama a atenção para a necessidade de a tratar também do ponto de vista da «qualidade de vida do homem». Emídio Martins considerou, a propósito, que os dois aspectos estão «intimamente» relacionados, sublinhando que «deste ponto de vista, ninguém está em melhor posição que o movimento sindical para equacionar os problemas ambientais».

O documento que serviu de base à discussão frisava que «o objectivo central da política do ambiente deve ser o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do homem (o que, aliás, é coerente com a preocupação de preservação dos recursos naturais)».

Por isso o seminário debateu, além de questões relativas à preservação do meio ambiente, o ambiente de trabalho. «Se todos têm direito a um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado — lê-se no documento base —, por maioria de razão têm o direito à prestação do trabalho em condições de higiene e segurança». O ambiente do trabalho é mesmo classificado como «um aspecto importante e da maior relevância nas questões gerais da relação do homem com o meio» no que toca a Portugal.

A CGTP-IN considera que a lei de bases do ambiente

«constitui um instrumento fundamental para perspectivar a política do ambiente e para a intervenção social neste domínio» destacando o facto de tal diploma consagrar «o direito de participação democraticamente organizada na definição e execução da política do ambiente que existe na lei de bases, nomeadamente a participação do movimento sindical na direcção do Instituto Nacional do Ambiente». A institucionalização das comissões de higiene e segurança, tanto a nível de empresa, como englobando várias empresas de menor dimensão, é para a central sindical «um imperativo a curto prazo».



O seminário promovido pela CGTP-IN revelou que só na Quimigal já foram detectados 573 casos de trabalhadores com problemas de saúde e 410 de saturnismo, doença provocada pela intoxicação de gases provenientes do chumbo

Acidente mortal na FACOL: mais um caso

Dois operários morreram e um terceiro ficou gravemente ferido em consequência de um acidente de trabalho ocorrido na tarde de 16 de Setembro na empresa corticeira FACOL, de Lourosa, no distrito de Aveiro. Mais um caso de desrespeito das normas de higiene e segurança, como denunciam as organizações sindicais.

De acordo com o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte «a FACOL não tinha nenhum trabalhador especializado (fogueiro encartado — os únicos habilitados a trabalhar com tal tipo de caldeira) e destacou para essa tarefa trabalhadores sem a preparação adequada».

«A responsabilidade moral pelo acidente — afirma o SOCN — cabe inteiramente à gerência da FACOL, que não soube, ou não quis, eliminar atempadamente as deficiências na organização do trabalho».

«Uma das causas directas do acidente — revela o sindicato — foi o facto de a porta da caldeira se encontrar aberta no momento em que o saco de pó de cortiça caiu e rebentou junto dela».

O SOCN chama a atenção para o facto de que «um tal tipo de caldeira, em que o sistema de alimentação é automático, exige que à sua frente esteja um operário especializado, isto é, um fogueiro encartado, o que não

acontecia na FACOL». «É evidente — comenta o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte — que, se a FACOL tivesse destacado para a caldeira um fogueiro encartado, este dificilmente deixaria a porta da mesma aberta e, por consequência, o sinistro, nunca teria ocorrido».

Condições degradantes

No distrito de Aveiro, lembra a União dos Sindicatos num comunicado distribuído no dia seguinte ao do acidente na FACOL, há em média 25 825 acidentes de trabalho por ano, dos quais 32 são mortais. Os mais recentes foram os acidentes com Saul Teixeira, de 13 anos, nas Faianças de S. Roque (Aveiro, 11 de Agosto), e o acidente mortal que vitimou Manuel Francisco Oliveira Silva, de 15 anos (Salvador Caetano, Ovar, 14 de Agosto).

«Todas estas tragédias — acusa a União — são consequência das condições degradantes da higiene e segurança em que laboram muitas empresas do distrito e da utilização abusiva de trabalhadores na execução de tarefas para as quais não estão habilitados».

A USA reitera a sua exigência no sentido de que sejam respeitadas no distrito as normas de higiene e segurança legalmente estabelecidas e exige a intervenção efectiva dos órgãos responsáveis pela fiscalização do seu cumprimento.

Congresso Sindical na hotelaria e turismo

• Reivindicações na Enatur

O conselho nacional da federação dos sindicatos hoteleiros marcou para 6 e 7 de Dezembro, em Lisboa, o 4.º Congresso da FESHOT. Esta Federação apresentava, entretanto, reivindicações actualizadas ao conselho de administração da Enatur, que emprega cerca de mil trabalhadores.

Recorde-se que este ano, apesar das acções de luta desenvolvidas pelos trabalhadores, designadamente as greves de 18 de Abril, 12, 18 e 26 de Julho, não houve

qualquer acordo salarial na Enatur uma das principais empresas hoteleiras e turísticas do País.

Os sindicatos filiados na Federação unitária (FESHOT), que representa a esmagadora maioria dos trabalhadores do sector, reivindicam «aumentos salariais a partir de 1 de Outubro de 1987 da ordem dos 16 por cento, bem como a melhoria das condições de trabalho e regalias sociais dos trabalhadores da Enatur».

Segundo a FESHOT, o

salário mensal líquido na Enatur não vai além dos 31 mil escudos.

Melhorar os salários

A melhoria dos salários figura no lema do 4.º Congresso da FESHOT. Figura também a luta pelas 40 horas semanais, a segurança no trabalho e a defesa geral dos direitos dos trabalhadores. Entre outros assuntos in-

cluídos na ordem de trabalhos do 4.º Congresso da FESHOT consta a discussão e aprovação do programa de acção para o triénio de 1987/90, bem como a eleição dos membros do conselho nacional para o mesmo período.

De acordo com o respectivo regulamento, o Congresso será constituído pelos membros do actual conselho nacional e por 175 delegados a eleger expressamente para o efeito, por voto directo e secreto, nos locais de trabalho.

Retalhistas

Contrato revisto em Setúbal

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES-SUL) acaba de concluir com a Associação dos Comerciantes do Distrito de Setúbal a revisão do contrato colectivo (CCTV). A massa salarial global neste instrumento vertical de regulamentação de trabalho foi aumentada em 11,4 por cento e abrange cerca de quatro mil trabalhadores do comércio retalhista do distrito. Segundo o CES-SUL, «as caixas de balcão, com mais de

CGT e CGTP-IN condenam políticas da CEE

• Declaração conjunta

Numa declaração conjunta, recentemente assinada pela CGT de França e a CGTP-IN, lê-se a dada altura que as políticas da CEE levam a «pôr em causa os estatutos do trabalho, através da prática da flexibilidade do emprego e de remunerações; ao desmantelamento dos serviços públicos; e à destruição de potenciais produtivos por uma submissão aos projectos supranacionais».

Numa nota à Imprensa da passada quinta-feira, o departamento de informação da CGTP-IN recorda que uma delegação oficial da CGTP-IN composta por Manuel Carvalho da Silva, José Luís Judas, Jerónimo Rodrigues e José Carinhas, esteve recentemente em França a convite da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Da declaração conjunta então assinada pelas direcções das duas centrais, a CGTP destaca alguns extractos significativos, exprimindo «em conjunto um certo número de reflexões, de análises e posições comuns».

As duas delegações, formadas por dirigentes nacionais da CGT e da CGTP, procederam a «um exame atento da situação económica, política, social e sindical em Portugal, na França, na Europa e mais amplamente no mundo», acrescenta a nota distribuída pela CGTP-IN.

Atitude sectária da CES

Depois de referir que as duas centrais sindicais «mantêm e desenvolvem, cada uma por si, relações bilaterais numerosas com centrais sindicais da Europa Ocidental», a declaração conjunta sublinha que se «perspectivam propostas e iniciativas, mas persistem

bloqueios a nível de certos dirigentes» e destaca que «a atitude sectária da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), a sua recusa de ser a organização sindical de todos os trabalhadores da Europa Ocidental sem excepção, tendo em conta as diferentes concepções e sensibilidades existentes em cada país, testemunha uma manobra ideológica ao serviço dos interesses políticos particulares em detrimento do interesse de todos os trabalhadores».

Ao sublinharem que as duas centrais «convergem na sua análise, nomeadamente sobre o papel das sociedades transnacionais» (multinacionais, como também se designam) a CGTP-IN e a CGT «manifestam a sua vontade e o seu empenhamento em participar activamente em todas as iniciativas sindicais unitárias que visem a defesa dos direitos sindicais, económicos, sociais e políticos dos trabalhadores e dos sindicatos».

No amanhecer do século XXI

A política pseudo-liberal que põe em causa, em benefício das sociedades multinacionais, «todas as conquistas sociais e democráticas», é condenada pelas duas centrais (CGT e CGTP-IN), que acusam «a estratégia do capital e dos governos ao seu serviço» de orientarem as suas políticas no sentido de privilegiar os lucros, pondo em causa também «as estruturas económicas e industriais e, de uma forma geral, os aspectos culturais dos nossos dois países». Isto no «amanhecer do século XXI», conduzindo «os nossos países a uma dependência cada vez maior em numerosos sectores industriais».

Nesse «amanhecer», refere a declaração conjunta, «é-nos proposto um verdadeiro recuo social, a pobreza conhece um desenvolvimento insustentável». Mas «isto não é fatal», prossegue a de-

claração. «Na hora de uma nova revolução tecnológica, existem outras perspectivas para a nossa juventude, para o conjunto dos assalariados.

«Em nome da modernização, da competitividade, da concorrência internacional, quer impor-se um recuo social cujos termos, cuja divisão do trabalho e dos salários, flexibilidade e desregulamentação são, para o patronato, o quadro e a base das negociações».

A declaração conjunta refere no final:

«Neste contexto de um mundo em evolução de uma relação de forças mais favorável aos trabalhadores, a CGTP-IN e a CGT congratulam-se pela convergência de pontos de vista e entendem prosseguir as suas relações fraternais e promover uma cooperação maior. Esta declaração comum e o protocolo de cooperação, que ratificaram, oferecem uma larga base de acção», inclui a nota da CGTP-IN.

Função Pública aprovou proposta de revisão salarial

A necessidade de uma mudança «na forma como até aqui tem sido encarada a negociação colectiva na função pública» foi sublinhada no plenário da Frente Comum constituída por 2 federações e 24 sindicatos da administração central, regional e local. A reunião realizou-se no dia 29 de Setembro e aprovou a proposta de revisão salarial para 1988 a apresentar ao governo.

Apesar da recuperação conseguida nos processos negociais de 1985 e 1986 «o salário médio real dos trabalhadores da função pública desceu cerca de 28 por cento nos últimos dez anos» — salienta-se na nota sobre a proposta reivindicativa distribuída à imprensa.

Os representantes dos trabalhadores da função pública reclamam 11,5 por cento de aumento para salários e pensões, a passagem para 2700\$00 das diuturnidades

(aumento de 35%) e para 340\$00 do subsídio de refeição (36%).

Na elaboração desta proposta os sindicatos da Frente Comum tiveram em conta a evolução dos preços médios no consumidor, a necessidade de recuperar o poder de compra perdido em anos anteriores (tomando como parâmetro o salário real médio de 1983) e de aproximar os salários líquidos e o subsídio de refeição da função pública dos valores já praticados nas empresas, bem como aumentar as diuturnidades para valores idênticos aos de outros sectores da administração pública (Ministério da

Justiça, militares e militarizados); contou igualmente a participação dos trabalhadores da função pública no acréscimo da produtividade média nacional.

A Frente Comum da função pública propõe ainda ao governo a revisão do sistema de comparticipações para a segurança social (ADSE), «de forma a corrigir as situações de flagrante distorção entre os valores actuais e os custos reais das consultas e outros serviços de assistência na saúde».

A proposta dos sindicatos reclama também «a existência de verbas próprias no Orçamento de Estado para

1988 que permitam corrigir progressivamente as assimetrias remuneratórias actualmente existentes e desbloquear a situação de impasse em que se encontram as condições de trabalho da função pública (verbas para carreiras, formação profissional, regularização da situação dos trabalhadores com vínculos precários, incentivos à periferia)».

No caso de se concretizar a tributação dos rendimentos na função pública os sindicatos da Frente Comum exigem que «os aumentos para 1988 incidam sobre os salários de 1987 majorados das respectivas compensações».

Contra as desnacionalizações

Plenário dia 15

Quinta-feira próxima, dia 15, reúne-se no auditório do BESCL, Rua D. Luís I, em Lisboa, o plenário nacional das organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores do sector empresarial do Estado (SEE) para «analisar a actual e grave ofensiva do Governo e do grande patronato contra as empresas nacionalizadas».

Numa nota da CGTP sobre o assunto, referem-se acções a levar a cabo pelos trabalhadores e pelas suas organizações representativas para enfrentar «a campanha de manipulação e mentira desencadeada contra o SEE, sector fundamental para o desenvolvimento do País».

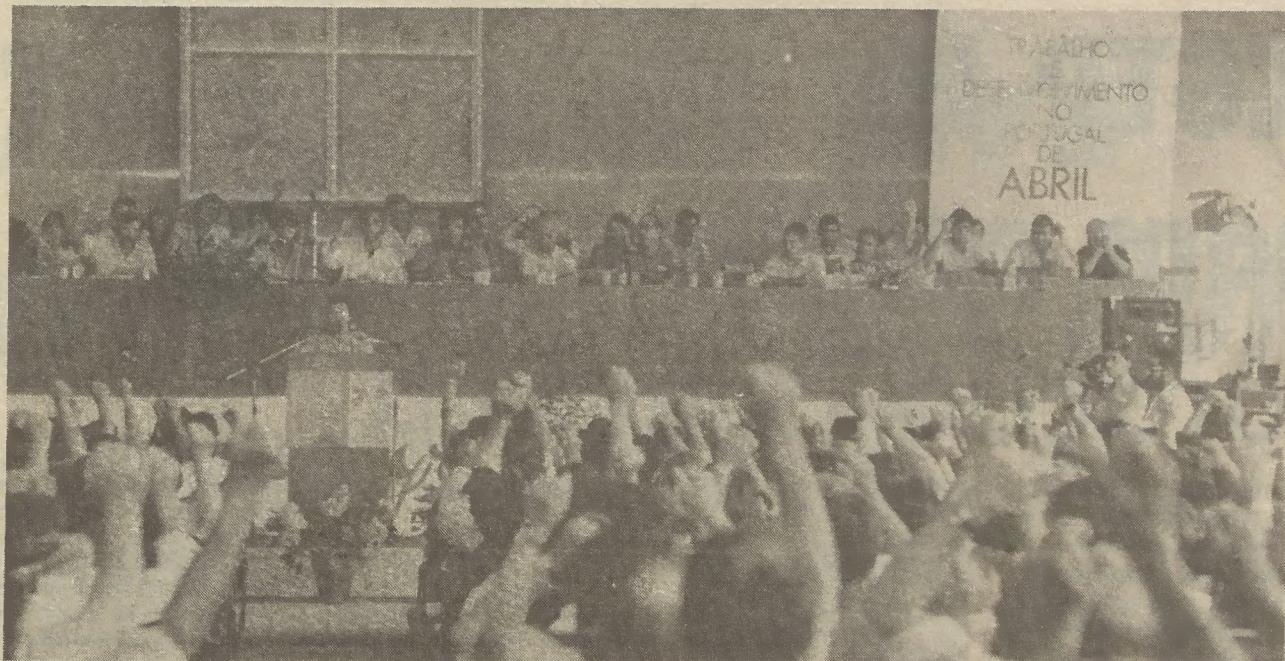
A mesma nota da CGTP,

datada de 29 de Setembro findo, informa que no dia anterior se reuniram, para tratar do mesmo assunto, os representantes de federações e uniões sindicais e coordenadoras regionais e sectoriais, bem como de comissões de trabalhadores do SEE.

Além da análise da situação de ofensiva declarada

e das previsíveis acções para a combater, o plenário da próxima quinta-feira tem por objectivo «a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores do sector e a denúncia dos interesses de grupos económicos nacionais e estrangeiros, que estão a impulsionar aquela ofensiva a todos os títulos inconstitucional».

Nacional



11.ª Conferência em preparação Reforma Agrária elege delegados e discute teses

Eleva-se já a 800 o número de delegados eleitos nas UCPs/Cooperativas do Alentejo e Ribatejo com vista à realização da 11.ª Conferência da Reforma Agrária, a decorrer em 24 e 25 do corrente, nos pavilhões do Rosário de S. Brás, em Évora.

No decorrer dos plenários realizados em 112 unidades de produção e cooperativas, e para lá da eleição dos delegados, os participantes apreciaram os temas em debate na Conferência, a saber: «Portugal precisa da Reforma Agrária», «Investir

na produção, contribuir para o desenvolvimento do País», «Organizar, gerir, formar quadros, defender a unidade, a coesão e a vida democrática interna» e «Defender, unir e organizar os trabalhadores da agricultura».

Entre os convidados que

confirmaram a sua presença neste acontecimento anual sem paralelo no quadro da problemática agrícola nacional, encontram-se delegações da Hungria, Checoslováquia, Brasil, Federação Sindical, França, Polónia e Cabo Verde.

Maria Lamas homenageada

Centenas de pessoas provenientes de várias cidades do País homenagearam no último sábado em Torres Novas, sua terra natal, a intelectual antifascista Maria Lamas. A iniciativa partiu do Movimento Democrático de Mulheres e contou com o apoio de uma comissão cívica local e da Câmara Municipal.

O descerramento de uma lápide junto ao local onde será erguido em breve um monumento a esta distinta torrejana constitui um dos momentos altos desta singela homenagem iniciada logo pela manhã com um desfile pela cidade da Banda Operária Torrejana.

Ao recordar a figura de Maria Lamas, o presidente da Câmara Local, num breve improvisado, pôs em relevo as suas qualidades de lutadora mencionando simultaneamente a importância da sua obra literária.

Após este acto público, os participantes dirigiram-se em cortejo à casa onde nasceu a escritora, tendo na ocasião

a jornalista Helena Neves traçado um retrato político-social do período que em finais do século se vivia em Portugal e que posteriormente viria a marcar a personalidade de Maria Lamas. Na sua breve alocução, recordou ainda algumas passagens da sua infância, deixando um apelo para que aquela casa venha a ser transformada no Museu Maria Lamas.



Delegação do PCP visita URSS

Visitou recentemente a União Soviética, a fim de conhecer «A Reforma do Ensino na URSS na actual fase de reestruturação», um grupo de estudo do nosso partido, composto por Elvira Nereu, membro suplente do Comité Central do PCP e do sector intelectual da ORL, Linhares de Castro, membro do organismo de professores de Coimbra e deputado do PCP na Assembleia da República, Maria do Céu Valente, membro da direcção do sector intelectual do Porto do PCP e do organismo de direcção dos professores, Maria Manuela Esteves e Paulo Sucena, membros da direcção da organização dos professores da ORL.

Nos encontros realizados na Secção de Ciência, Cultura e Estabelecimentos Escolares do Comité Central do PCUS, no Ministério da Educação da URSS, com a presença do 1.º vice-Ministro, e no Ministério do Ensino Superior e Médio

Especializado foi dada uma informação sobre a situação actual na educação pré-escolar e no ensino geral e técnico-profissional, no contexto das reformas em curso.

Para além das questões relacionadas com conteúdo do Ensino, metodologia e pedagogia — abordadas em particular no Instituto Superior de Pedagogia de Leninegrado —, foi possível, através das visitas realizadas, em Moscovo e Leninegrado, às Escolas do Ensino Geral, Técnico-Profissional e à Universidade, conhecer a estrutura e funcionamento desses estabelecimentos.

Realizada no quadro das relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o Partido Comunista da União Soviética e o PCP, esta visita permitiu conhecer mais de perto as orientações e o trabalho do PCUS e do Estado soviético na esfera da educação e instrução pública.



Jogos Desportivos de Loures

Iniciou-se no passado dia 3 a 2.ª edição dos Jogos Desportivos do Concelho de Loures, uma iniciativa da Câmara Municipal que se prolongará até ao dia 3 de Novembro com actividades em todas as freguesias.

A inauguração do novo Pavilhão Gimnodesportivo de Loures constituiu um dos momentos altos da abertura dos Jogos, cerimónia que

decorreu após a chama da paz ter percorrido várias localidades do concelho.

Tiro aos pratos, ténis, futebol infantil, ciclismo, luta, hóquei em patins e exposições de patinagem artística foram algumas das modalidades que preencheram no seu primeiro fim-de-semana esta segunda edição dos Jogos Desportivos do Concelho de Loures.

Repressão no «Correio do Minho»

No dia 24 de Setembro realizou-se um plenário de trabalhadores da editora «Correio do Minho»/Serviços Municipalizados para análise da situação na empresa. O plenário constatou «a intensificação da repressão por parte do administrador-delegado, Dr. Gomes dos Santos», e afirmou a disposição de «encetar formas de luta caso não venha a ser demonstrada disponibilidade para a resolução dos problemas».

A direcção regional de Braga do STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local) distribuiu, na sequência do referido plenário, uma nota de imprensa em que se denun-

ciavam alguns dos factos que levaram os trabalhadores a pedir, com carácter de urgência, uma audiência ao conselho de administração. O administrador-delegado é acusado de «ameaçar no sentido de não permitir reuniões de trabalhadores», de utilizar «métodos chantagistas» para «evitar as promoções dos trabalhadores», de «perseguições que são movidas a dirigentes sindicais, injustificando as faltas dadas por actividade sindical», da «recusa sistemática em conceder aos trabalhadores regalias consignadas nas leis em vigor» e «do péssimo relacionamento que diariamente incute na empresa».

Vila Franca de Xira prepara Jornadas

Na sequência de uma reunião recentemente efectuada no Clube Recreativo e Desportivo da Calhandriz, o trabalho preparatório para as Jornadas de Desenvolvimento do Concelho de Vila Franca de Xira, a realizar de 13 a 15 de Novembro próximo, conheceu um novo e decisivo impulso, estando a despertar o interesse crescente das populações.

Entre os temas abordados na referida reunião estiveram particularmente em foco o desenvolvimento económico

e o emprego; o ensino, cultura e desporto; o quadro de vida e meio ambiente; o urbanismo e a habitação e a demografia e a população.

No âmbito do trabalho preparatório realizou-se também

uma outra reunião na junta de freguesia de Alhandra para debater questões relacionadas com urbanismo e habitação, encontro considerado pelos seus promotores como «muito positivo» quer

pela participação activa dos presentes quer pelo conteúdo de algumas intervenções que abordaram aspectos concretos de interesse para as Jornadas que se avizinhavam.

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Internacional

Reuniões monetárias em Washington

As mesmas «respostas» para problemas agravados

Um bilião e 22 mil milhões de dólares — é o total da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento. Este total já ultrapassou em duas vezes a soma dos ingressos provenientes das exportações totais destes países, enquanto que os pagamentos em forma de amortização da dívida constituem 24 por cento dos lucros obtidos com a exportação. São dados inseridos no relatório «A crise da dívida externa e o desenvolvimento», divulgado há dias em Nova York pelo secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar. Neste mesmo relatório se sublinha ainda que a estratégia até agora seguida pelos credores — a banca internacional e a banca privada do grande capital — significa na prática o sistemático aumento das proporções da dívida.

A questão da dívida foi tema central abordado pelos dirigentes dos bancos privados e estatais de 150 países, reunidos em Washington, no âmbito da 42.ª sessão anual do Banco Mundial e do FMI. Um tema central entre outras questões económicas.

Estas duas grandes reuniões foram precedidas de uma outra do grupo dos Sete — os Estados Unidos, a RFA, o Japão, a França, a Itália, a Grã-Bretanha e o Canadá — onde se tentou, entre os grandes do capital, e a despeito das suas contradições e divergências, alinhar uma posição comum face aos países dramaticamente endividados — os países denominados em vias de desenvolvimento.

A dívida Uma questão central

Entre os trinta e seis países mais pobres do Mundo, vinte e seis são países africanos, ou seja mais de metade dos Estados do continente. A África surge assim como um exemplo particularmente esclarecedor dos custos da exploração, do peso das dívidas, das barreiras levantadas ao desenvolvimento pela política neocolonial dos países capitalistas desenvolvidos.

Cingimo-nos a alguns dados sobre a realidade socioeconómica africana.

Dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde traçam-nos um quadro esclarecedor: nestes vinte e seis países, uma criança em cada seis morre antes do ano de idade, a esperança de vida média é de 45 anos (72 nos «países desenvolvidos»), o orçamento para a saúde pública é de 1,7 dólares por habitante (244 nos «países desenvolvidos»).

As informações do relatório anual do Banco Mundial, são condizentes com este quadro. Nesta zona, os rendimentos por habitante baixaram em 1985 pelo quinto ano consecutivo. Um recuo, em média, de 17% em relação a 1980. Em muitos países o rendimento por habitante é inferior ao de 1970.

Esta realidade — de que os custos humanos naturalmente se não podem medir com a mesma facilidade dos índices económicos — não impediu entretanto que o continente africano continuasse a pagar, e bem, para as multinacionais com sede nos mais desenvolvidos países capitalistas. Pelo contrário, pois se trata de duas faces da mesma moeda.

para os países da América Latina, o pagamento do serviço de dívida absorve 7% do seu produto nacional bruto.

A resposta do mundo capitalista, dos bancos credores, tem sido invariavelmente a mesma — manter condições para prosseguir a exploração dos povos dos países do Terceiro Mundo. Negociar, caso a caso — ou seja, dividir para reinar. Estas duas grandes reuniões em Washington não alteram minimamente tal quadro.

Também as guerras «intestinas»

Para tentar resolver os seus próprios problemas e arrecadar lucros maiores, os Sete não funcionam apenas como frente unida na exploração neocolonial. Alimentam também as guerras entre si. Com evidente benefício para Washington, que em seu favor pode manobrar o poder político-militar do imperialismo norte-americano e essa importante arma económica que é o dólar.

É assim que na reunião dos Sete, que precedeu as assembleias do FMI e do Banco Mundial, foi decidido confirmar o acordo do Louvre, assinado em Fevereiro passado em Paris.

Na prática, o acordo do Louvre representou neste meio tempo um dispêndio de 70 mil milhões de dólares — suportado pelos bancos centrais dos países capitalistas — para apoiar o dólar nos mercados financeiros.

Mas nem só de dispêndio de dólares se trata. O objectivo destas operações é na prática manter o dólar a um nível suficientemente baixo para que os produtos americanos possam mais facilmente penetrar nos mercados de todo o Mundo, e pre-

texto da redução do défice americano. A RFA e o Japão são mesmo convidados a relançar o seu mercado interno para melhor absorver mercadorias norte-americanas.

Em síntese — e porque as enormes proporções do défice norte-americano se ligam aos descomunais gastos militares — trata-se de fazer pagar a todo o Mundo a corrida aos armamentos. Com a fome do Terceiro Mundo. Com o agravamento dos problemas económicos também dos principais parceiros dos países capitalistas desenvolvidos.

Num quadro de crise

Em 1984, a taxa de crescimento no mundo capitalista desenvolvido foi de 4,7%, em 1985 de 3%, em 1986 de 2,4%, as previsões para 1987 são de 2,25%.

Em relatório da OCDE apresentado em Agosto ao Conselho da Europa, referia-se uma «degradação certa da economia mundial, desequilíbrios financeiros com tendência para o agravamento, nomeadamente o défice americano e o crescente endividamento dos países do Terceiro Mundo e uma crescente incerteza que trava o crescimento económico, o investimento e as trocas».

Num contexto de recuo no desenvolvimento, a especulação ganha uma enorme envergadura. Calcula-se que ao movimento de mercadorias e serviços corresponde agora apenas cerca de 4% do movimento de capitais dos mercados monetários contra 90% nos anos 50, o que apresenta uma profunda disparidade entre os mercados financeiros e os processos económicos reais.

Os investimentos produtivos acusam significativos decréscimos. Nos EUA, em



A alegria de poder comer como coisa banal que deveria ser. E não é — consequência de uma desenfreada exploração neocolonialista que se pretende preservar

1986, o investimento produtivo sofreu uma quebra de 2,6 por cento. No Japão a baixa foi de 6% no ano fiscal de 1986/87.

Estas tendências de agravamento da situação económica induzem a um agravamento das guerras do capital e dos esforços de exploração dos trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos e dos povos do Terceiro Mundo.

Só que há um limite — que para já parece ser ignorado — para tão desenfreada exploração.

«É inseguro o mundo em que um continente inteiro se pode vir a encontrar à beira da morte pela fome, sendo

enormes massas humanas afectadas por subnutrição quase permanente. É inseguro o mundo, em que muitos países e povos são sufocados pela dívida», diz-nos Gorbachov em recente artigo nas páginas do «Pravda». São problemas excessivamente graves para que sistematicamente se lhes negue resposta. Ninguém a esperaria em reuniões dos Sete ou do FMI. Mas tal como no que respeita à liquidação das armas nucleares, os povos acabarão por impor a abertura dos caminhos conducentes a um maior equilíbrio nas relações económicas internacionais. Equilíbrio indispensável ao desenvolvimento.

«O Espaço deve servir a Paz»

A 4 de Outubro de 1957 foi lançado do cosmódromo de Baikonur o primeiro satélite artificial da Terra, o «Sputnik». Era o início da era cósmica. Trinta anos passados, linhas divergentes de evolução, abrem por um lado perspectivas imensas de desenvolvimento para toda a Humanidade, e por outro pesam como uma ameaça de liquidação total, pela extensão da militarização ao Espaço.

A agência noticiosa «UPI» informa que o Pentágono está a elaborar planos de criação de uma nova série de satélites militares, destinados à recolha de informações e manutenção de comunicações com tropas, em «situação de crise».

Simultaneamente Yuri Romanenko, cosmonauta soviético, completa 240 dias de permanência seguida no espaço, abrindo caminho para um voo tripulado a Marte, objectivo em que estão em-

penhados cientistas soviéticos e norte-americanos.

«O Espaço ao serviço da Humanidade»

Com início dia 2 de Outubro, e prolongando-se por três dias, realizou-se em Moscovo um fórum internacional com o tema «Cooperação no Espaço em benefício da Terra», com a participação de 200 cientistas e cosmonautas soviéticos e 400 convidados estrangeiros,

de 30 países, incluindo nomes tão conhecidos como o do cientista norte-americano Carl Sagan.

Os trabalhos desenvolveram-se em quatro mesas-redondas, subordinadas aos temas «Espaço e ciência», «Espaço e economia», «Espaço e problemas globais» e «O homem no espaço».

Em termos genéricos as preocupações presentes no fórum de Moscovo dizem respeito a todos nós: a utilização do Cosmos, da cosm náutica e do leque de ciências e técnicas nelas embebidas, tendo em vista a aplicação prática das inúmeras aquisições tecnológicas transferíveis para a generalidade das actividades humanas, da economia à física, da geologia à medicina, da meteorologia à própria sistematização do saber. Trata-se,

no fundo, de rever, redefinir e perspectivar a utilização do espaço para fins pacíficos. Erguendo simultaneamente barreiras à sua militarização.

O Apelo

«O estabelecimento e o desenvolvimento de uma cooperação internacional de grandes proporções com vista à exploração pacífica do espaço, é uma alternativa sensata aos programas de militarização do Espaço» — afirma-se no Apelo aprovado no fórum.

«O Espaço deve servir a paz, beneficiando a prosperidade do homem, independentemente de onde este viver, no Leste ou no Oeste, no Sul ou no Norte, quer no socialismo quer no capitalismo» — diz-se no documento aprovado em Moscovo, em que se apela «aos governos

de todos os Estados para que cooperem em prol da manutenção de um Espaço pacífico e aberto para futuros trabalhos conjuntos e frutos em benefício e no interesse dos povos de toda a Terra».

A URSS propôs a criação de uma organização espacial internacional.

No fórum foi proposto proclamar o ano de 1992 como ano espacial internacional, no âmbito do qual serão efectuadas pesquisas das alterações ambientais da Terra, estudados diferentes planetas do sistema solar (com destaque para Marte), a Lua, a heliosfera, assim como concretizadas investigações na área da astrofísica, industrialização do Espaço e utilização do material técnico espacial na medicina e na educação.

Internacional

Sobe tensão na África Austral

Pretória volta a atacar República Popular de Angola

Quatro batalhões sul-africanos, apoiados pela aviação e artilharia, atacaram no início deste mês uma brigada das Forças Armadas Angolanas (FAPLA), na região do rio Lomba, no sul de Angola, causando importantes perdas, tanto humanas como materiais. Segundo um comunicado no Ministério Angolano da Defesa, distribuído domingo em Luanda, as forças do regime racista de Pretória utilizaram durante o ataque 8 a 10 aviões de combate e meios de artilharia do tipo «Kentron», «G-5» e «G-6», ao mesmo tempo que se registava a introdução de mais três batalhões sul-africanos nas direcções sul e sudeste do território angolano, com o objectivo declarado de intensificar a agressão contra a República Popular de Angola.

De assinalar o facto de, pela primeira vez, as autoridades sul-africanas terem reconhecido que as suas tropas se encontram em Angola, o que até à data havia sido negado. Magnus Malan, ministro da Defesa da África do Sul, disse tratar-se de uma «presença limitada» que visa «preservar a estabilidade da região e protegê-la contra o expansionismo soviético». Na sua intervenção, no domingo passado, Malan reconheceu igualmente o auxílio prestado à Unita, que disse ser «moral, material e humanitário», considerando que a África do Sul não tem que pedir desculpas a ninguém por tal facto.

Repetidamente denunciada pelas autoridades angolanas, a presença sul-africana em Angola comprova uma vez mais o carácter artificial da organização de Jonas Savimbi, que há muito teria desaparecido sem os «auxílios» dos racistas de Pretória, concedidos com o beneplácito da Casa Branca.

Não deixa de ser curioso assinalar o facto de, uma vez mais, a invasão de Angola

pela África do Sul ter «coincidido» com uma conferência de imprensa de Savimbi, precisamente em Mavinga, território ocupado pelas tropas racistas. Na ocasião, Savimbi anunciou que «nas próximas 2 a 3 semanas» se travará uma batalha de grande envergadura entre a Unita e as FAPLA.

Um expediente que já não engana ninguém, pois de há muito se tornou evidente que sempre que as tropas angolanas estão a infligir sérias derrotas aos fantoches da Unita, os sul-africanos acorrem em seu auxílio. De referir que, só na segunda quinzena de Setembro, a força aérea sul-africana realizou cerca de 25 violações e diversos bombardeamentos no território angolano, nomeadamente nas províncias do Cunene e do Namibe.

O próprio jornal «Star», de Joanesburgo, o reconhecia na sua edição de quarta-feira da semana passada. Em notícia de primeira página, o «Star» dava conta de que o exército sul-africano, dirigido pelo general Georg Meyring, havia atacado localidades da província do Cunene, tendo sofrido um número não especificado de baixas e que pelo

menos três batalhões haviam entrado, em três pontos diferentes, no interior de Angola, não só para levar a cabo a sua guerra de agressão, mas igualmente para apoiar os terroristas da Unita.

Também o jornal londrino «The Independent», citando fontes da capital da Namíbia, anunciou que o objectivo de Pretória ao concentrar tropas e material militar é desencadear novas operações militares de larga escala, tendo em conta a intensa actividade verificada nas bases militares no norte da Namíbia.

Ainda segundo aquele jornal, colunas militares foram vistas em direcção ao norte da Namíbia, atravessando a fronteira angolano-namibiana, pelo posto de Otchikango.

Não restam pois quaisquer dúvidas quanto ao real signi-

ficado das declarações de Savimbi. Pretendendo colher os louros duma força e capacidade de iniciativa que não detém, o ex-colaborador da PIDE mais não faz do que anunciar os ataques da África do Sul.

Uma agressão que, como denuncia um comunicado distribuído em Paris pela embaixada da RPA, faz aumentar consideravelmente a tensão que se vive na África Austral. Alertando a opinião pública internacional para esta situação, a RPA exige «o fim da intervenção armada sul-africana contra Angola, assim como a retirada das suas forças de Angola, a fim de que se possa instaurar uma atmosfera propícia de diálogo e solução de todos os problemas que afectam a paz e a estabilidade na região».

Liquidação do apartheid passa por Washington

A paz na África Austral passa inevitavelmente por Washington. O apoio da Casa Branca ao regime de Pretória, quer político quer económico, continua a ser um pilar a sustentar o *apartheid* e a política de agressão sul-africana na região, principal obstáculo à resolução da questão da independência da Namíbia e do desenvolvimento dos países da Linha da Frente.

Em Outubro do ano passado, na sequência de uma intensa campanha de pressões da opinião pública, o presidente Reagan assinou a chamada «lei global contra o *apartheid*», aprovada pelo Congresso dos EUA, que previa a introdução de sanções económicas limitadas contra a África do Sul.

Segundo a referida legislação se «o presidente, dentro de um ano, achar que o go-

verno da África do Sul não conseguiu progressos consideráveis» a liquidação do sistema de *apartheid* e segregação racial, o regime de Pretória será alvo de novas medidas.

Não consta que o regime racista tenha apresentado quaisquer melhorias, tanto na política interna como externa. Mas também não consta, antes pelo contrário, que a administração Reagan esteja disposta a cumprir a legislação aprovada justamente há um ano. Por isso, 33 membros da Câmara dos Representantes do Congresso enviaram uma carta a Reagan exigindo a aplicação de sanções adicionais contra Pretória, de acordo com a legislação de 2 de Outubro de 1986.

Na carta dos congressistas, subscrita por democráticos e republicanos, salienta-se que a situação na África do Sul não melhorou, como o comprovam as detenções sem culpa formada de 30 mil pessoas, a morte de mais de um milhar de negros e as restrições às actividades da imprensa.

A situação na África do Sul continua horrível e agrava-se constantemente, referem os congressistas recordando que as actuais sanções dos EUA são muito fracas e atingem apenas um terço das importações americanas daquele país, deixando intocáveis as exportações americanas para a África do Sul.

Nun momento em que as denúncias dos crimes do *apartheid* mobilizam a opinião pública internacional; que o regime racista volta a atacar Angola; que estão em curso negociações para a paz na África Austral, a tomada de medidas concretas por parte dos EUA contra a África do Sul torna-se uma exigência cada vez mais generalizada.

Comprova-o, por exemplo, a posição tomada pela Assembleia Paritária dos países de África, Caraíbas e Pacífico/CEE, realizada a semana passada em Lisboa.

Como afirmou Henry Saby, vice-presidente da organização «verifica-se uma tomada de consciência crescente, na opinião pública europeia e mundial, da gravidade dos problemas existentes na África Austral e da necessidade de serem intensificadas as acções visando o desmantelamento do *apartheid*».

Duas resoluções aprovadas pela Assembleia Paritária ACP/CEE sobre as situações vividas em Moçambique e Angola condenam explicitamente as acções dos bandos armados que actuam naqueles dois países com o apoio da África do Sul.

Uma tomada de posição que a administração Reagan deverá ter em conta quando a questão das sanções à África do Sul voltar a ser apresentada ao Congresso.

Visita à RPD da Coreia

A convite do Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia, deslocou-se em visita à República Popular Democrática da Coreia, uma delegação do PCP composta por Jaime Serra, membro da Comissão Política e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável pela Secção Internacional.

PCP solidário com a causa árabe

Por iniciativa dos chefes das missões diplomáticas dos países árabes em Portugal (Irake, Egipto, Líbia, Argélia e Marrocos) e do representante da OLP, realizou-se no passado dia 1 de Outubro um encontro na sede central do PCP, com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

O encontro teve por objectivo examinar as vias e os meios visando o desenvolvimento das relações entre Portugal e

os países árabes, entre o povo português e os povos árabes.

Na ocasião, Álvaro Cunhal, que esteve acompanhado por Domingos Lopes, expressou a solidariedade do PCP com a causa dos países árabes, em particular do povo palestino pelos seus direitos nacionais.

Os chefes das missões diplomáticas agradeceram a solidariedade do PCP à luta dos países árabes.



«Agitando a falsa bandeira dos "interesses nacionais", M. Caetano condenou recentemente a acção dos trabalhadores sem ousar nomeá-los. Mas a quem se não aos trabalhadores se pode referir o chefe de um governo fascista quando afirma que se está criando no país "uma perigosa mentalidade de reivindicações e de facilidades..."? Os exploradores capitalistas não reivindicam. Esses batem o pé e são logo ouvidos.

(...) Tudo fazendo para manter explorados e oprimidos os trabalhadores, Rebelo de Sousa, Silva Pinto e C.ª não deixam de apelar cada vez mais para os seus parceiros da PIDE-DGS, PSP e GNR, em nome da defesa dos "interesses nacionais" e da "harmonia de classes" sempre que vêem que os trabalhadores orientam a sua acção para fazer estalar o colete de forças do corporativismo fascista. Tal é no fundo a verdadeira função do Ministério das Corporações: uma agência do patronato capitalista e uma central da polícia.(...)

«Lutar nos Sindicatos Nacionais» — «Avante!», VI Série, n.º 434, Outubro 1971)

AVANTE!

«(...) Depois das importantes vitórias nas eleições, os **bancários de todo o país**, representados pelos seus Sindicatos (Lisboa, Porto e Coimbra) apresentaram ao Grémio uma proposta de revisão do CCT. Porém, o Grémio não só retardou a proposta como apresentou uma contraproposta que visa destruir completamente as mais importantes conquistas do Contrato Colectivo actual, pois pretende um sistema de prestação de trabalho que poria o trabalhador na completa dependência do arbitrio patronal. Os trabalhadores bancários não se deixaram intimidar e, em Setembro, realizaram-se concorridas Assembleias em Lisboa e Coimbra, onde se debateram os problemas relacionados com a revisão do contrato e questões da Previdência. Mas os bancários precisam de estar atentos e unidos, encontrando formas adequadas para vencer a resistência dos tubarões dos bancos, quer intensificando a luta pela revisão do CCT, quer aliando a esse objectivo a luta pela actualização imediata dos salários, o que implica conjugar a luta no plano sindical com as acções nos próprios bancos e junto do Governo.»

«Alargar a acção de massas» — «Avante!», 6.ª Série, n.º 446, Outubro 1972)

AVANTE!

«Fevereiro-Março é a época anual das eleições sindicais. Dada a irregularidade com que elas se efectuam, os adiamentos que o fascismo impõe, etc., o primeiro dever dos trabalhadores ao chegar-se ao fim do ano é procurar informar-se no sindicato da sua profissão se vão realizar-se ou não em Fevereiro-Março eleições. Uma vez isso averiguado, cabe aos comunistas ver em quais desses sindicatos teremos possibilidades de influenciar a luta dos trabalhadores por uma direcção honesta. Nesses devemos concentrar os nossos esforços, embora não abandonando em qualquer outro a mínima possibilidade de consciencialização dos trabalhadores sobre a necessidade e utilidade de direcções honradas à testa dos sindicatos, mesmo em regime fascista. Os esforços dos comunistas e doutros democratas devem levar à unidade da sua acção pela divulgação em grande escala das regras orientadoras dessas eleições, pelo estudo das experiências de eleições anteriores no mesmo ramo profissional ou noutros.

«Atenção às Eleições Sindicais!» — «Avante!», VI Série, n.º 347, Outubro 1964)



Com a realização sexta-feira última do comício de amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Búlgaro dava-se por concluído o programa da delegação búlgara que durante cinco dias esteve entre nós em visita de trabalho, período rico de contactos e durante o qual os nossos convidados tiveram ensejo de conhecer mais de perto alguns aspectos da realidade portuguesa.

Estava-se na derradeira iniciativa de um vasto programa recheado por múltiplas manifestações de amizade e solidariedade recíprocas, expressão sincera das relações e dos laços existentes entre os dois partidos e os dois povos.

Disso foi testemunho o acolhimento caloroso que rodeou o comício realizado faz amanhã oito dias no amplo e moderno salão da Junta de Freguesia de Alcântara, acto público a que assistiram centenas de pessoas e no qual participaram os camaradas Milko Balev, membro da Comissão Política e secretário do Comité Central do PCB e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

No seu discurso, atentamente seguido pelos presentes, o dirigente búlgaro deu a conhecer os avanços históricos registados no seu país desde a revolução socialista realizada há 43 anos, informando designadamente sobre o novo curso estratégico iniciado há mais de um ano com o último congresso do PCB, reestruturação que de acordo com as suas próprias palavras se destina a aprofundar o socialismo, a «encontrar resposta para os novos problemas que vão surgindo no li-

Amizade PCP-PC Búlgaro

miar do século XXI» e, simultaneamente, a «desenvolver todo o sistema da vida social em conformidade com as novas realidades históricas tanto internas como externas».

A este assunto se referiu também de forma desenvolvida o camarada Álvaro Cunhal, afirmando nomeadamente que as reestruturações em curso na URSS e na Bulgária «têm como objectivo não o enfraquecimento da sociedade socialista, mas o seu reforço, o seu avanço, o seu progresso».

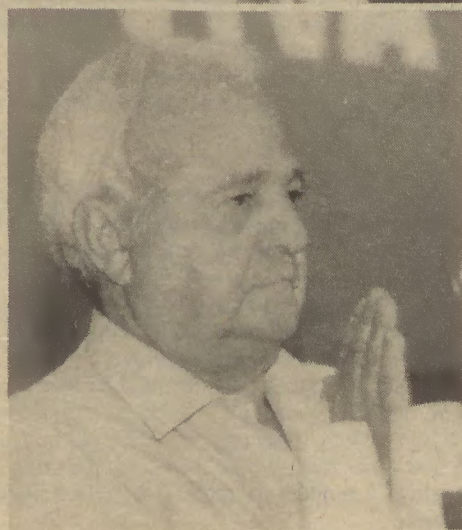
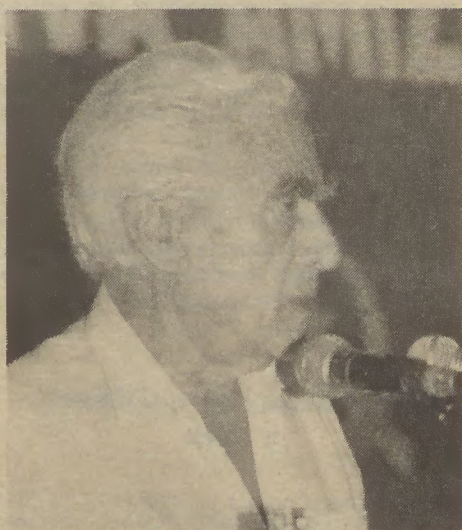
Depois de analisar alguns aspectos da situação internacional, nomeadamente a reacção do imperialismo e das forças retrógradas face à realidade contemporânea e ao avanço do processo de libertação, o secretário-geral do PCP centrou a sua atenção no momento

político nacional, detendo-se em particular na recente visita do presidente angolano, na acção de ataque ao regime levada a cabo por Cavaco Silva, nas frentes de resistência e luta dos trabalhadores e das forças e sectores democráticos e, por último, no papel decisivo e determinante do PCP na defesa dos interesses e direitos do povo e do País e na defesa do regime democrático.

Entre os membros da mesa que presidiu ao comício, para lá dos camaradas referidos, encontravam-se José Godinho, presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, Fernanda Barroso, suplente do CC, Júlio Filipe, do CC e da DORL, Teresa Mónica da Secção Internacional, Albano Nunes do CC e António Mota, também do Comité Central.

Intervenção de Álvaro Cunhal

«É necessário e possível, ao nível das massas, uma oposição, à política de direita, da grande maioria dos portugueses»



(...)

O camarada Milko Balev acaba de nos dar no seu discurso uma valiosa informação sobre a Bulgária socialista, sobre a actividade do seu heróico partido, sobre a nova política em curso no seu país, procedendo a uma profunda reestruturação da sociedade. Referiu também com apreço a importância da política de reestruturação que está a ser realizada na União Soviética e o estímulo que ela dá à nova política no seu próprio país.

Nós, comunistas portugueses, acompanhamos com profundo interesse o novo curso político na União Soviética, na Bulgária e noutros países socialistas. Trata-se de facto de viragens importantes na orientação política. Trata-se de modificações importantes das soluções até agora adoptadas nesses países para a construção e o desenvolvimento da sociedade socialista. **Modificações e soluções que só são possíveis graças às realizações e conquistas históricas do socialismo, ao longo de dezenas de anos de construção da nova sociedade.**

Uma coisa é desde já certa e evidente e é necessário insistir nela: **não se trata de um recuo do socialismo mas, pelo contrário, de novas fases, novas etapas no avanço do socialismo.**

(...)

A propaganda reaccionária e de todos os inimigos do socialismo escrevem e falam muito desse novo curso político, nomeadamente na União Soviética. Mas a interpretação que

(...)

O que caracteriza fundamentalmente em termos gerais e comuns essas reorganizações e reestruturações entretanto diferenciadas?

O que os caracteriza fundamentalmente é que se trata tanto na União Soviética, como na Bulgária, como noutros países, de uma política orientada no sentido de acelerar o desenvolvimento socioeconómico, de dar um novo e vigoroso impulso às forças produtivas tendo particularmente em conta as conquistas da revolução científico-técnica, de conseguir um mais pronunciado e rápido melhoramento do bem-estar material e cultural do povo, de aprofundar mais em todos os aspectos da vida económica, social, cultural e política a democracia socialista. E digo «democracia socialista» e não apenas «democracia», porque a democracia na sociedade socialista tem intrinsecamente um conteúdo simultaneamente económico, social, cultural e político enquanto que a democracia de que falam os partidos e forças do capitalismo, a democracia burguesa, mantém a exploração capitalista, as desigualdades sociais, o poder político dos exploradores, e (como nós bem conhecemos por experiência própria) nem sequer respeita liberdades e direitos que apregoa mas que limita, ofende e por vezes suprime.

Um aspecto é necessário sublinhar.

Intervenção de Milko Balev

«O essencial da reestruturação que iniciámos é os novos problemas que vão surgindo no limiar

Trago saudações a todo o povo português, as saudações do povo búlgaro, povo que durante 1300 anos de história do seu Estado encheu muitas e muitas páginas heróicas de luta pela liberdade, pela justiça e pelo progresso social.

Conhecemos bem o espírito democrático do povo português, conhecemos a sua luta difícil pela democracia, cujo êxito mais brilhante foi a Revolução de Abril de 1974. Tanto no mundo inteiro como no nosso país, é bem conhecido o papel importante que teve, tem e terá o Partido Comunista Português nesta luta.

Na Bulgária conhecemos o PCP como uma força determinante em Portugal, um destacamento combativo de toda a esquerda na Europa.

Respeitamos profundamente as tradições e a história do PCP.

(...)

Estas tradições continuaram nas condições da nova situação histórica, depois da Revolução de Abril, para a qual os comunistas deram o seu digno contributo.

(...)

Admiramos profundamente a influência da luta actual do PCP como força principal mais progressista da esquerda portuguesa. O PCP continua fiel ao processo revolucionário histórico em Portugal, aos seus mais altos ideais. Na nova situação difícil para o Partido Comunista, para o conjunto das forças democráticas e para a democracia em Portugal, o PCP é o pilar principal da convicção que uma alternativa democrática é possível.

O PCP é uma força respeitada e prestigiada no movimento comunista internacional pela sua experiência rica, pelo seu saber, pelas suas posições correctas e criativas, pela sua participação no esclarecimento dos problemas complexos da época contemporânea, pela sua participação no movimento internacional dos comunistas.

(...)

Os comunistas portugueses dão um grande contributo para o desenvolvimento dos sentimentos de amizade entre o povo português e o povo búlgaro para o estabelecimento e o desenvolvimento de boas relações entre os nossos dois Estados.

Já decorreram 43 anos desde o triunfo da revolução socialista na Bulgária. Foram anos de extremos esforços criativos para ultrapassar o abismo do atraso secular, dificuldades de carácter objectivo e subjectivo. Foram anos de um grande avanço histórico. De um país agrário extremamente pobre, a Bulgária transformou-se num país com indústrias e agricultura modernas.

(...)

Em comparação com a Bulgária burguesa, o nosso rendimento nacional cresceu 14 vezes, o produto interno cresceu 23 vezes, e a produção industrial cresceu 92 vezes.

Na Bulgária não há desemprego. A educação é gratuita, a saúde pública é também gratuita.

Não quero dizer que o nosso desenvolvimento foi fácil e sem problemas. Não foi propriamente um caminho festivo nem foi apenas um colossal esforço do povo trabalhador. Foi um período de luta, luta em novas condições, para enfrentar as novas exigências da vida. Temos as nossas deficiências e pontos fracos. Mas o nosso progresso foi multifacético e indiscutível, no plano económico, social, cultural e internacional.

Na história da Bulgária socialista destaca-se com a sua força particular uma nova etapa marcada pela sessão plenária do CC do PCB de Abril de 1956, etapa de viragem crucial no desenvolvimento do partido e de toda a sociedade búlgara.

(...)

Durante esta etapa eliminámos resolutamente os erros, as deficiências no estilo e no método de trabalho acumulados até então. Resolvendo, através de uma solução teórica e prática criativa, os novos problemas surgidos, elevámos o nosso partido e país a um novo nível histórico. O desenvolvimento do nosso país confirma de uma forma muito evidente a justeza do curso político adoptado pelo partido na Sessão Plenária de Abril. Em comparação com 1956, os fundos produtivos básicos cresceram 10 vezes. A eficácia do trabalho aumentou mais de 8 vezes, o rendimento nacional cresceu 8 vezes e as trocas comerciais, 43 vezes.

Hoje, o nosso partido e o nosso país vivem um momento extremamente importante, um período crucial.

O XIII Congresso do PCB que se realizou há mais de um ano, determinou um novo curso estratégico. É um curso de um

novo crescimento qualitativo na base da revolução técnico-científica.

Este ano, no mês de Julho, o nosso Comité Central teve uma sessão plenária de importância histórica. Foi dada uma grande contribuição ao desenvolvimento do novo curso estratégico do Partido, que traçou as concepções básicas para o ulterior desenvolvimento do socialismo na Bulgária. Este plenário deu início a uma viragem revolucionária na edificação do socialismo na Bulgária.

Neste momento, estamos a realizar uma reestruturação em todos os domínios da vida da nossa sociedade.

Iniciámos esta reestruturação, não por causa de insucessos no desenvolvimento já realizado, nem por causa de fracassos na economia. Na Bulgária não houve estagnação; tão pouco houve barreiras de carácter social que impedissem a unidade e a coesão do nosso povo em torno do Partido. É justo orgulharmo-nos do desenvolvimento realizado até hoje. Não negamos o nosso passado. O essencial da reestruturação que iniciámos é encontrar respostas para os novos problemas que vão surgindo no limiar do século XXI, é desenvolver decisivamente todo o sistema da vida social em conformidade com as novas realidades históricas tanto internas como externas e construir o socialismo na Bulgária como deve ser.

(...)

O problema principal da reestruturação da nossa sociedade é o problema do poder. Nós não esquecemos que hoje o poder na Bulgária é socialista. Este poder foi conquistado e construído pelo povo. É o fruto da nossa revolução socialista. Mas hoje já é necessário transformar este poder num sistema de autogestão do povo que integra tudo em si: economia, política, ideologia, problemas sociais. De poder em nome do povo, o poder na Bulgária será transformado num poder através do povo, realizado pelo povo. Do cume da pirâmide social os direitos, as obrigações e as responsabilidades serão transferidas à base da pirâmide onde estão os trabalhadores, os milhares de homens e mulheres.

Isto será realizado através da implantação dos princípios de autogestão dos colectivos de trabalho e também através da criação de organizações de autogestão no domínio da economia e também nas outras esferas da vida. Aos colectivos de

Intervenção de Álvaro Cunhal

O novo curso político de reestruturação da sociedade socialista na Bulgária (tal como na URSS) tem como objectivo (e esse é um aspecto fundamental) reforçar a intervenção criativa e determinante do povo na construção da sociedade, **reforçar o efectivo poder político do povo como traço fundamental do Estado Socialista.**

A reacção não se conforma

O imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano e todas as forças reaccionárias e retrógradas não se conformam com a realidade do mundo contemporâneo e com o avanço do processo de libertação da humanidade do sistema de exploração e opressão do capitalismo.

(...)

Por isso o imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano e todas as forças reaccionárias, utilizando todos os meios, procuram inverter o sentido da História.

(...)

Se é certo que o imperialismo e as forças reaccionárias consideram (e com razão) como seu principal inimigo a comunidade socialista, não é menos certo que fere particularmente o seu orgulho o facto de que povos que se encontravam em atrasados níveis de desenvolvimento, tenham conseguido com a sua luta heróica derrotar o imperialismo, derrotar o colonialismo, não se terem deixado submeter a novas formas de colonialismo ou neocolonialismo, e dirigidos por partidos e movimentos revolucionários terem escolhido o caminho da independência nacional, do progresso social, da construção de uma sociedade sem exploradores e explorados, o caminho do socialismo.

Em todos os continentes, o mundo está cheio de exemplos comprovativos destas afirmações. Tomemos aqui apenas um: o dos novos Estados africanos constituídos nas antigas colónias portuguesas.

Nós, comunistas portugueses, como muitos outros democratas depois de anos e anos de luta comum contra o fascismo e o colonialismo, sentimos profundo orgulho de termos dado com a Revolução de Abril, com o derrubamento da ditadura fascista e colonialista em Portugal e com a conquista da liberdade e da democracia pelo povo português, uma contribuição da mais alta importância para o fim das guerras coloniais e a independência desses povos fraternos. Estamos certos de que os trabalhadores e o povo português em geral compartilham desses nossos sentimentos.

Um acontecimento de significado histórico

Neste sentido, a recente visita a Portugal do Presidente da República Popular de Angola e Presidente do MPLA-Partido do Trabalho, merece duas observações.

A primeira observação respeita ao significado da visita.

Nós, comunistas portugueses, saudámos calorosamente a recente visita a Portugal do Presidente da República Popular de Angola e Presidente do MPLA-Partido do Trabalho, camarada José Eduardo dos Santos. Saudámos esse acontecimento porque ele celebra o reconhecimento de uma realidade histórica que as forças reaccionárias portuguesas e seus aliados, bem como o imperialismo, se têm até agora recusado a reconhecer: que a submissão de Angola ao colonialismo português acabou para sempre; que existe em Angola uma República Popular; que o MPLA-Partido do Trabalho está no poder com o apoio do povo; que o povo de Angola optou decididamente pela independência nacional e o progresso social, pela construção de um país e de uma sociedade libertada da opressão.

A visita do Presidente da República Popular de Angola a Portugal é uma consagração, em território português, dessa exaltante realidade histórica.

A segunda observação respeita às relações entre Portugal e a República Popular de Angola.

O PCP sempre defendeu o desenvolvimento dessas relações de Estado independentemente da composição política do governo português. E, se o Governo PSD de Cavaco Silva declara agora desejar o desenvolvimento das relações de Portugal com a República Popular de Angola, temos antes de mais de dizer que será positivo se se desenvolverem.

Mas temos de acrescentar alguma coisa mais.

(...)

Os factos mostram existir uma contradição entre as afirmações do Governo e a prática da sua política.

Os factos indicam dia a dia que as forças do passado, os grandes capitalistas, o partido do Governo, o próprio Governo actuam ainda em relação a África tendo como estratégia (inserida na estratégia do imperialismo norte-americano) a obtenção final de um resultado: liquidar os regimes que nesses países se instituíram, afastar do poder os partidos e movimentos fiéis à causa da libertação dos respectivos povos, impor relações de carácter neocolonialista.

A verdade é que em Portugal não só continuam a actuar livremente, como continuam a ter protecção e ajudas e estímulos directos das forças sociais e políticas que apoiam o Governo, do PSD e também de membros destacados do PS, os grupos terroristas antiangolanos da UNITA tal como os antimoçambicanos da RENAMO, assim como grupos contra-revolucionários que conspiram contra Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

(...)

Portugal necessita de uma política externa séria e consistente.

Nós reclamamos que cessem tais actividades terroristas em território português e que cesse a duplicidade do Governo nas suas relações com os países africanos, que cessem os apoios a tais actividades.

Nós reclamamos que Portugal tenha uma política externa de paz e cooperação com todos os povos, designadamente com os povos africanos aos quais nos ligam profundos laços de amizade, de luta comum, de solidariedade.

Política de direita a combater

Não é só a política externa do Governo do PSD que merece a nossa crítica e a nossa oposição. A política interna não é melhor. E entretanto **uma grande parte de portugueses ainda disso se não deu conta.**

O PSD conseguiu uma votação em massa nas eleições de 19 de Julho.

(...)

Promessas eleitorais não faltaram. Mas ainda o novo Governo não aqueceu as cadeiras do poder já começaram em série as medidas de carácter antidemocrático e antipopular.

Numa mais que discutível escolha de local, o Primeiro-Ministro anunciou a um jornal estrangeiro o plano de privatização a curto prazo de grandes empresas rentáveis (cimentos, cervejas, tabacos) e também a ulterior entrega ao capital privado da Quimigal, da Siderurgia, da EDP e da Setenave.

Efectivam-se desde já centenas de despedimentos colectivos e anunciam-se milhares de outros na Siderurgia, na Quimigal e noutras empresas.

Anuncia uma intensificação da ofensiva inconstitucional e criminosa contra a Reforma Agrária. Aumenta o preço do gásóleo e da gasolina. Agrava o regime das reformas e pensões. Encarece o crédito para a aquisição de habitações.

Aqui estão **alguns primeiros indícios** do que é e será a política do Governo do PSD/Cavaco Silva.

Três áreas de resistência e luta

Como fazer frente à política de direita? Como fazer frente às ofensivas que o Governo prepara? Há ou não forças bastantes para a defesa dos interesses do povo, para a defesa do regime, para a defesa da independência nacional?

Para se responder a estas questões importa antes de mais fazer uma interpretação correcta de alguns aspectos dos resultados das eleições de 19 de Julho.

(...)

O Governo não terá a apoiar a sua política a base de apoio eleitoral que alcançou em 19 de Julho, antes encontrará pela frente na luta contra a sua política milhares de portugueses que nele votaram.

Na medida em que avance a acção governativa a tendência será não para um ainda maior alargamento da sua base de apoio, mas para a sua restrição.

Na luta contra a política de direita não há assim que partir da ideia de que o Governo terá o apoio da maioria dos portugueses à sua política, mas pelo contrário, há que partir da ideia de que é necessário e possível, ao nível das massas, uma oposição à política de direita da grande maioria dos portugueses.

A resistência e a luta, tendo, no quadro global, como ex-

encontrar resposta para do século XXI».

trabalho atribuem-se todos os direitos, obrigações e responsabilidades necessárias para que eles possam gerir e administrar a propriedade socialista da maneira mais eficaz. Isto será realizado também transformando as autarquias, os concelhos e as freguesias em comunidades de autogestão. Isto quer dizer que os princípios da autogestão serão introduzidos naqueles pontos onde se resolvem os problemas básicos do homem, do povo, problemas materiais, políticos, culturais, sociais. Como vêem, camaradas, é uma tentativa de desenvolver o conceito da propriedade socialista. É sabido que nas condições da propriedade socialista os meios de produção não pertencem aos capitalistas, mas a socialização da propriedade não deve transformá-la em algo de anónimo, de ninguém, gerido por órgãos administrativos centralizados. A propriedade socialista entrega-se nas mãos dos colectivos de trabalho para eles gerirem e administrarem. Assim, ela incentivará o homem para trabalhar de pleno valor, e para dar mais a si próprio e à sociedade.

Um outro processo se realiza além e paralelamente com o processo da reestruturação. Trata-se do crescimento, enriquecimento e aperfeiçoamento do homem, do indivíduo. Trata-se do homem trabalhador, do homem criador, do homem consumidor, do homem cidadão. Nós sabemos muito bem que a maior riqueza da nossa sociedade é o povo, os nove milhões de búlgaros. Nós preservamos e aperfeiçoamos esta riqueza. Aperfeiçoando o indivíduo, nós transformamos o nosso país num país socialista altamente desenvolvido, e de um elevado nível cultural. Nós, os comunistas, qualquer que seja o país da nossa origem, somos fortes com a nossa convicção sem fim no ideal comunista, na justeza das ideias do socialismo científico. Somos fortes pois podemos, quando for necessário, nos despedir sem compromissos com tudo que obstaculiza o desenvolvimento, e podemos recomençar a trabalhar e viver de novo em conformidade com as novas realidades económicas e as novas necessidades da sociedade.

(...)

Quero sublinhar que este novo curso estratégico do nosso partido e da reestruturação na Bulgária está intimamente ligado ao curso da reestruturação da sociedade soviética, realizada pelo PCUS e o seu comité central leninista. Na sessão

plenária de Julho do nosso partido o camarada Todor Jivkov disse: «Para nós a experiência da reestruturação na URSS tem uma importância particular. As ideias desenvolvidas pelo 27.º Congresso do PCUS e pelas sessões plenárias do CC do PCUS realizadas no mês de Janeiro e Julho, e o nosso curso estratégico coincidem.»

(...)

As revoluções socialistas abriram um caminho real para a realização da aspiração secular das melhores personalidades na história da humanidade pela paz entre os povos. Marx chamou a paz «o princípio internacional da sociedade socialista», e Lenine assinou o decreto da paz, um dos primeiros actos do jovem Estado soviético.

Para o nosso partido, para o nosso país, para o nosso povo a paz é o problema cardeal do mundo contemporâneo. Nós aplicamos todos os nossos esforços para a formação de uma nova, extremamente ampla frente da paz. Participamos activamente e com responsabilidade na vida internacional que decorre numa situação de luta crucial pelo desarmamento em prol do estabelecimento de novas e mais realistas atitudes nas relações internacionais.

O nosso país dá um seu próprio contributo na política activa de paz dos países socialistas, dos países membros do Tratado de Varsóvia.

(...)

Nós ampliamos os horizontes dos contactos internacionais, contribuímos de uma maneira muito activa para a extinção dos focos de tensão explosivos.

(...)

A declaração histórica do camarada Mikhail Gorbatchov de 15 de Janeiro do ano passado é um autêntico documento da vida, um programa para a liquidação das armas nucleares e de todas as demais armas de extermínio em massa até ao fim do século. Nós saudamos as suas importantes propostas (a mais recente das quais foi feita anteontem em Murmansk) no interesse da paz no nosso planeta.

(...)

As relações entre o PCB e o PCP são relações de amizade fraterna e de cooperação activa tradicionais que se ba-

seiam nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

(...)

Nós os comunistas somos uma raça humana muito especial. Nós temos a nossa especificidade nacional, o nosso temperamento nacional embora não haja diferença entre o temperamento búlgaro e o português que são igualmente calorosos e cordiais. Somos diferentes pelo nosso estado civil, pela idade, pelos interesses pessoais. Mas por toda a parte, nós os comunistas, temos em nós o ideal comunista. Somos combatentes inquebrantáveis pelo progresso social, por uma sociedade mais justa. Somos fiéis à obra da classe proletária dos trabalhadores, aos seus interesses. E é por isso que somos irmãos de ideias políticas. Por isso mesmo na nossa difícil e nobre luta em defesa dos interesses da classe operária, de todos os trabalhadores os camaradas portugueses podiam sempre contar com a solidariedade dos comunistas búlgaros. Assim como também nós contamos com a vossa. Este é o sagrado princípio comunista do internacionalismo que está sempre intimamente ligado ao amor pelo próprio povo, ao patriotismo.

(...)

No seu livro «O Partido com Paredes de Vidro» que foi publicado este ano na Bulgária em centenas de milhares de exemplares o camarada Cunhal determina as relações entre os comunistas portugueses assim: «O normal nas relações entre os comunistas é a amizade isenta, profunda e duradoura, a prontidão para correr em ajuda dos camaradas, a facilidade de no compartilhar de esforços, de privações e de dificuldades, a fraternidade no sentido mais elevado da palavra.

Irmãos de combate nos consideramos e como irmãos de combate nos vemos, nos conhecemos, nos respeitamos e nos estimamos.»

Acreditem, caros camaradas, que esta avaliação é inteiramente aplicável às relações entre os comunistas búlgaros e portugueses.

Sim, nós os comunistas búlgaros e portugueses como irmãos de combate nos vemos, nos conhecemos, nos respeitamos e nos estimamos. ■

pressão principal e fundamental a luta de massas, têm necessariamente que desenvolver-se em todas as áreas.

Três áreas principais:

Uma, a **área institucional** em que assenta a acção do forte Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, procurando dificultar ou limitar decisões mais graves, promovendo a fiscalização constitucional da acção governativa, apresentando projectos de lei, utilizando a tribuna da Assembleia, não só com fins parlamentares limitados, mas também para esclarecimento do povo.

Na área institucional revestem também particular importância no momento actual, o relacionamento com os outros órgãos do poder, o recurso aos tribunais e a acção do Poder Local.

Outra, a **área social**, em que avulta o reforço da organização, da unidade, da iniciativa e da acção do movimento sindical unitário em torno da CGTP-IN questão de capital importância no momento actual porque, precisamente neste momento político, se desencadeia uma violenta ofensiva do Governo, da reacção, do grande capital, do imperialismo, assim como dos amarelos ao seu serviço, contra a grande, poderosa e gloriosa central sindical dos trabalhadores portugueses, porque o Governo, a reacção, o grande capital, o imperialismo, e os amarelos ao seu serviço sabem bem que a **CGTP-IN e os seus sindicatos constituem um poderoso e insubstituível obstáculo à exploração dos trabalhadores e à liquidação dos seus direitos, um poderoso e insubstituível instrumento na defesa dos interesses dos trabalhadores.**

Na área social, revestem também de particular importância as organizações e movimentos unitários dos agricultores, dos intelectuais, dos quadros técnicos, da juventude, das mulheres, dos comerciantes, dos deficientes e dos sectores profissionais mais diversificados, que há que reforçar e dinamizar no momento actual.

Ainda outra área, a **área política, designadamente a área partidária.**

O nosso Partido tem insistido sempre e continua a insistir na necessidade imperiosa da convergência, do entendimento e da unidade de todos os democratas e patriotas.

(...)

A resistência e a luta contra a política da direita exigem em absoluto, no que respeita à acção partidária, o entendimento de comunistas e socialistas, porque são à distância dos outros os dois mais fortes partidos democráticos.

Creio que qualquer democrata, qualquer socialista que reflecta um minuto sobre esta matéria não deixará de estar de acordo com esta afirmação.

Mas que vemos nós da parte do PS?

A situação é claríssima: **o PS, ao mesmo tempo que em palavras chama a si a responsabilidade institucional e posição exclusiva de Oposição, traça linhas de orientação e de colaboração que mostram bem que o PS se inclina para ser falsa oposição, uma oposição de fachada a esconder compromissos antidemocráticos e colaboracionismo com a direita e o seu Governo.**

De facto muitas das linhas de orientação do PS coincidem em pontos fundamentais com a direita e com o Governo.

De particular gravidade é o propósito de entendimento com o PSD para uma revisão antidemocrática da Constituição da República, entendimento que a concretizar-se tornará altamente responsável o PS por uma tal revisão, uma vez que, sendo necessários dois terços de votos para a revisão, o PSD sem o PS não pode alterar uma única vírgula da Constituição da República.

E ainda para agravar uma tal situação e para diminuir a confiança que os portugueses podem ter na oposição à direita por parte do PS são as divisões e os conflitos internos no PS, em que aparecem, publicamente aliás, grupos e candidatos a chefes reclamando que a actual política do PS vire ainda mais para a direita.

Quem quer que olhe o quadro partidário actual não pode negar uma evidente verdade.

A verdade é esta: **Na situação política actual e no quadro partidário actual, o PCP, não é só o mais sólido baluarte da resistência e luta contra a ofensiva da direita e em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, das conquistas democráticas, do regime democrático e da independência nacional, mas é de facto o único partido de uma oposição real à política da direita, o único partido que sempre ao serviço do povo e da pátria, resiste, luta, empunha a bandeira de Abril, com a confiança e com a determinação que lhe vêm da absoluta certeza de estar a defender uma causa justa.**

O PCP: factor decisivo e determinante

É nosso dever, o dever dos comunistas — o dever de todos os órgãos, organismos, organizações e militantes — **de não só manter a actual força e capacidade de intervenção do Partido, mas de torná-las ainda mais dinâmicas e operativas.**

E para isso **é essencial reforçar, tendo em conta a nova situação, os elementos fundamentais e integrantes da força e da capacidade de intervenção do nosso Partido.**

Quais são esses elementos fundamentais?

Em primeiro lugar, **os nossos objectivos políticos e o nosso ideal**, que correspondem inteiramente aos interesses do povo português e de Portugal.

Objectivos políticos a curto e a médio prazo, na defesa e consolidação do regime democrático e da independência nacional, e objectivos da ulterior libertação completa dos trabalhadores e do povo da exploração e opressão capitalista com a construção em Portugal de uma sociedade socialista.

Em segundo lugar, **a nossa ligação estreita à classe operária e às massas populares**, que conferem ao Partido a sua natureza de classe, que constituem a base social e a força determinante das transformações democráticas e progressistas, que são fonte de inspiração revolucionária e de combatividade, reserva dos nossos quadros, apoio sem o qual o Partido estaria condenado a estiar e a morrer.

Em terceiro lugar, **a nossa organização**, instrumento essencial de toda a actividade partidária, tanto no sentido da

arrumação e participação dos militantes segundo o dispositivo, as funções e o funcionamento dos órgãos, organismos, organizações e militantes, como no sentido universal, abrangendo as decisões, as medidas práticas e o trabalho para a realização e execução de todas as iniciativas e tarefas.

Em quarto lugar, **a nossa unidade** que tem como expressão a acção de todo o Partido segundo a orientação traçada e no cumprimento das tarefas decididas e tem como fundamentos principais a justeza da orientação, a concentração dos esforços e energias na aplicação da orientação traçada, a concepção do Partido como um grande colectivo em que o trabalho colectivo é princípio universal, a real democracia interna, a não admissão de fracções, e a assimilação do marxismo-leninismo, com todas as potencialidades que a teoria dá à análise dos novos fenómenos e à criatividade nas novas soluções necessárias.

As forças reaccionárias, todos os inimigos do Partido compreendem que se trata de quatro dos elementos fundamentais da força e da capacidade de intervenção do Partido na vida nacional.

E por isso desenvolvem uma intensa campanha, no plano ideológico, no plano político, no plano das mais variadas actividades de diversão, para atingir estes quatro elementos fundamentais.

Agora, as forças da direita, os mais reaccionários propagandistas e chamados analistas, falam muito de uma necessária «renovação» do PCP. Procuram eles inclusivamente insinuar opiniões, tendências, posições e ambições dentro do PCP.

A tal «renovação» seria a capitulação dos nossos objectivos políticos e do nosso ideal — primeiro elemento fundamental da nossa força.

Seria a prioridade de uma acção eleitoralista e parlamentarista e o abandono efectivo da ligação às massas e da luta de massas — segundo elemento fundamental da nossa força.

Seria o abandono dos nossos princípios e funcionamento organizado e orgânico — terceiro elemento fundamental da nossa força.

Seria a instauração no Partido de conflitos entre «jovens» e «velhos», entre «críticos» e «apoiantes», entre «ortodoxos» e «renovadores», entre tendências, entre grupos, entre candidatos a chefes, atingindo assim a unidade do Partido — quarto elemento fundamental da nossa força.

Seria no fim de contas uma radical transformação do PCP, para que deixasse de ser um partido comunista para se tornar um partido social-democratizante.

Tem de dizer-se que esta campanha de diversão ideológica perturba por vezes tal ou tal camarada menos solidamente preparado. Mas não se iludam os inimigos do Partido. **O PCP continuará sendo um partido revolucionário, um partido patriótico e internacionalista, um verdadeiro partido comunista fiel às suas gloriosas tradições de luta.**

(...)

Todos podemos estar certos: não pouparemos energias e esforços e mobilizaremos as forças e capacidades do nosso grande colectivo para fazer frente à reacção e estar à altura das nossas responsabilidades ante o povo português e Portugal. ■

■ Henrique Custódio

Em Alpiarça também se acampa!

De Alpiarça conhece-se a tradição antifascista, a rijeza bem humorada das suas gentes e a fama do vinho que por lá se produz em abundância e qualidade — o que não é pouco para um pequeno concelho como este, com 94 km² à beira-Tejo, 8120 habitantes, ricas terras de aluvião, charneca fresca e iniludível geografia ribatejana: à sua volta e a enquadrá-lo estão os municípios de Santarém, Almeirim e Chamusca.

Mas dentro em breve uma novidade crescerá o suficiente para se somar às referências que fazem de Alpiarça um nome conhecido em todo o País: falamos do complexo desportivo, turístico e social ali em construção por iniciativa do município, que já tem no seu parque de campismo (em funcionamento) um pólo concreto de dinamização. O projecto é grandioso e de vistas largas, apostando por isso mesmo na reanimação económica, social, desportiva e cultural do concelho. Assim sendo, fomos ver o que de novo está a «mexer» nesta terra também famosa pelos seus melões, um notável museu legado por José Relvas, feitos velocipédicos e a interminável luta das suas gentes com as cheias do Tejo. Corpo a corpo, como sempre.

Ainda o motor do carro arrefecia à porta do café do «Águias» — o que é uma maneira ortorrômbica de dizer que tínhamos acabado de chegar — já a novidade do parque de campismo nos entrava reportagem adentro. O presidente do município, camarada Armindo Pinhão, estava conosco, acompanhando a bica matinal que deu o «pontapé de saída» à visita a Alpiarça, quando alguém dele se aproximou com familiaridade. Quería discordar. Havia uma directiva ema-

nada da câmara, a regulamentar a prova de pesca desportiva que em breve se realizará na albufeira artificial do complexo, que lhe parecia «autoritária» — isto porque, num dos seus pontos, se especificava o imperativo de uma fiscalização sobre a qualidade de «pescador desportivo» dos concorrentes. Tratava-se de um equívoco gerado pela leitura apressada do documento porque, como o próprio interelante reconheceu rapidamente, tal fiscalização era neces-

sária e desejável; ver «coerção» ou «policiamento» na directiva era acrescentar-lhe coisas que lá não estavam. E a conversa, se amigável começou, amigável terminou. Em Alpiarça as questões resolvem-se à mesa.

Antes que o leitor estranhe a relação que há entre um concurso de pesca e um parque de campismo, destacamos nós, também, o possível equívoco: a albufeira artificial onde decorrerá a tal prova desportiva faz parte do referido complexo e é, mesmo, um dos seus pontos de partida, construído há quase três anos.

Mas, afinal, que complexo é este? Passemos os pormenores para o outro lado do subtítulo.

Até uma reserva cinegética!

Mostrando-nos a já vasta albufeira artificial onde borbulhavam «achegãs», Armindo Pinhão explicou-nos: «Este complexo surgiu na perspectiva de se criar um pólo alternativo à agricultura, para desenvolvimento económico do concelho, aproveitando para o efeito a existência da Casa Museu dos Patu-

dos, também ela pólo dinamizador de toda uma vasta área já arborizada e onde poderão ser instaladas todas as infraestruturas necessárias à implantação de uma zona desportiva e recreativa, não só para receber os habitantes do concelho, mas gente de toda a região e do País.»

Era o princípio da explicação — «pólo alternativo à agricultura», implantando uma zona desportiva e recreativa. Que zona? A «coisa» começava logo ali, na albufeira que abraça ao longe uma elevação arborizada, dando a ilusão de uma ilha:

«O complexo prevê a construção de um dique de retenção de águas (este onde estamos e que já foi feito há mais de dois anos), uma albufeira para a prática de pesca desportiva e canoagem (também já formada, como se vê) e mais um conjunto de obras — umas já construídas, outras em execução e as restantes em projecto. Já feito (para além da albufeira, claro), temos o circuito de manutenção e o parque de campismo com capacidade para 200 alvéolos; em construção, temos uma pista de atletismo, dois «courts» de ténis e uma reserva cinegética, para cujo povoamento contamos com a colaboração do Jardim Zoológico de Lisboa; a construir, há



Tendas à espera da visita dos proprietários, rulotes em pleno bulício campista, tudo habita já o parque. Mas há espaço para muito mais gente?

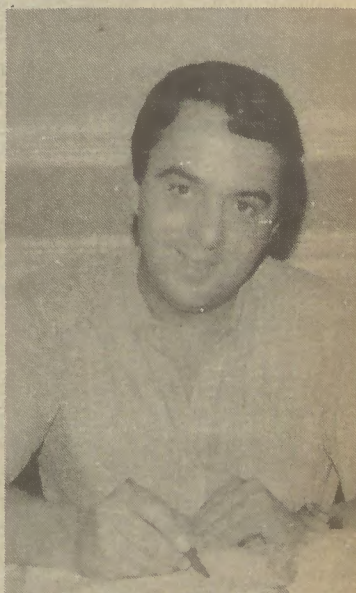
ainda um campo de futebol, as piscinas municipais e uma pousada ou estalagem com restaurante, naquela elevação que te pareceu uma «ilha».

Olhámos à volta: saindo da estrada nacional Alpiarça-Almeirim/Lisboa uma outra estrada, larga e novinha em folha, bordejava toda a albufeira e perdia-se ao longe, no meio da verdura lavada pela chuva; sobre a albu-

feira, dois imensos «terraços» de vegetação dominavam a paisagem: no inferior, mais pequeno, rente à água e dando a ilusão de uma ilha, apetecia ver a estalagem já pronta; no segundo já lá estava o homem de mão dada com a natureza — tendas de campismo despediam reflexos de intenso colorido no meio dos eucaliptos, telha vermelha portuguesa encimava casas de grande brancura. Era o parque de campismo. Fomos vê-lo.

Com todos os éfes e érres

«Até agora os únicos auxílios que tivemos vieram do Exército, que enviou para aqui algumas máquinas a ajudar a abrir a estrada».



Armindo Pinhão, presidente da CM de Alpiarça

todo), quer na cedência de transportes e outros materiais necessários ao seu funcionamento quer com o subsídio anual igual para todos; através do pelouro da Cultura promovem-se directamente actividades culturais e desportivas anuais («Prémio dos Patudos - Atletismo», «Prémio de Ciclismo Lisboa-Alpiarça», Comemorações do 25 de Abril, etc.), para além do apoio que dá, pontualmente e quando solicitada, às iniciativas das associações e grupos de jovens.»

Eis, em resumo, o perfil da mudança neste personalizado concelho ribatejano, onde a Câmara Municipal não se limita a resolver os problemas do quotidiano mas, como resulta evidente do extraordinário complexo do parque de campismo que inspirou a nossa visita, sabe investir no desenvolvimento e dinamização socioeconómica de uma região essencialmente agrícola, onde o desemprego é sazonal, o comércio tem pouco impacto na actividade económica e a indústria quase inexistente. Mas essas dificuldades são «outros quinhentos» e não há câmara que as consiga resolver... ■



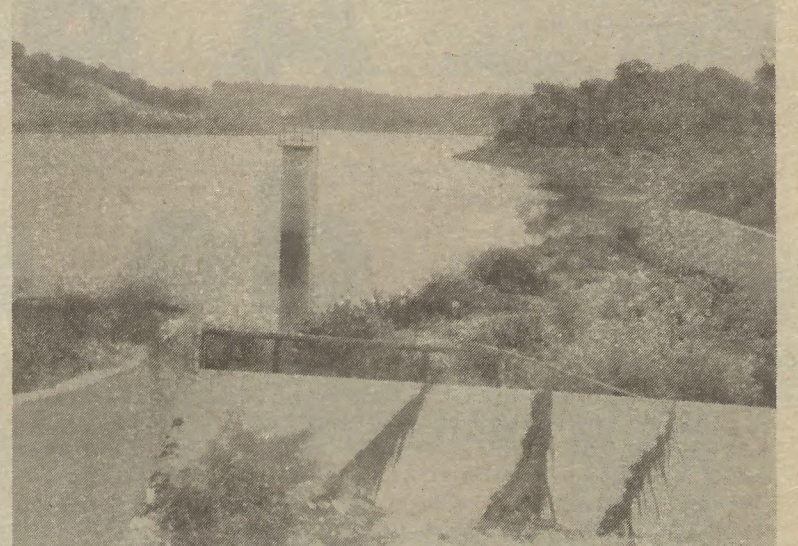
Um parque de campismo com todos os éfes e érres; recepção e parque de estacionamento asfaltado (foto maior), restaurante no interior... e a funcionar (foto menor)



informou Armindo Pinhão, enquanto nos apontava pormenores do complexo que iam «desfilando» ao longo da estrada: à esquerda o circuito de manutenção, já utilizável e utilizado, mais abaixo o futuro campo de futebol, encostado à barreira para aproveitar para as bancadas, além do local das piscinas, deste lado direito os dois «courts» de ténis e um espaço de reserva para futura expansão do parque de campismo...

Parque de campismo que nos surgiu quase de repente ao cimo da

estrada, depois de uma curva, com todos os éfes e érres de uma moderna unidade do género: portão ajardinado, parque de estacionamento em alcatrão, edifício de recepção com restaurante, esplanada e mini-mercado, cancelas de portaria, água, luz, esgotos e... tudo a funcionar, com serviços abertos, atendimento permanente, mesas postas para quem quisesse almoçar no momento. Só tivemos tempo para um copo de água fresca, mas ficou-nos uma pedrinha



A albufeira é parte importante do complexo desportivo e turístico.

Um salto de 13 anos

O município de Alpiarça é gerido por comunistas desde que a Revolução de Abril abriu portas ao Poder Local democrático. Essa gestão é responsável pela alteração radical do quotidiano das populações deste concelho de uma só freguesia (a de vila) e três lugares, levando-lhe numa dúzia de anos o que décadas de regime fascista jamais proporcionaram: electrificação de toda a região, abastecimento de água, saneamento básico, infra-estruturas sociais, desportivas e culturais.

O camarada Armindo João Gaspar Pinhão, 34 anos de idade, natural da vila, professor efectivo do Ensino Secundário, é o presidente do município desde Janeiro de 1983, estando portanto a meio do seu 2.º mandato. Fomos encontrá-lo numa Câmara já acanhada para as necessidades, mas mesmo assim suficientemente organizada para que o município ou o visitante seja atendido com eficácia — e simpatia, pela parte que nos toca. Foi com ele que visitámos o concelho; foi dele, também, que obtivemos as informações que se seguem sobre a realidade alpiarcense.

Antes do 25 de Abril só a parte baixa da vila possuía infra-estruturas mínimas — e mesmo assim insuficientes. «Isto diz tudo sobre a situação que então se vivia», avaliou Armindo Pinhão, sorrindo, enquanto acrescentava:

«Ao longo destes 13 anos a fisionomia da vila tem sido gradualmente transformada por novos traçados de arruamentos, respectivas pavimentações, espaços verdes, zonas de lazer, etc., embora ainda não esteja tudo realizado neste campo, dado o facto de posuirmos cerca de 40 km de estradas só no interior da vila (não falando dos caminhos rurais).»

Mas não só a vila levou uma «volta» radical: todo o concelho, que possui mais três lugares — Frades de Cima e de Baixo e Casalinho —, viu profundamente alteradas as suas condições de vida:

«Quanto a infra-estruturas, o Concelho está totalmente coberto com abastecimento de água, energia eléctrica e recolha de lixo, continuando neste momento as obras da rede de esgotos numa das duas últimas ruas da sede do concelho,

tendo-se iniciado no corrente mês semelhantes beneficiações no lugar de Frades de Baixo (esgotos domésticos e pluviais).»

Nesta matéria há um grande projecto na forja:

«A estação de tratamento de águas residuais — projecto con-

junto das Câmaras de Alpiarça e Almeirim, segundo o sistema de lagonagens numa área prevista de 20 ha, no local denominado Goucharia — está neste momento orçado em 320 000 contos; é um projecto proposto a financiamento do FEDER, dada a incapacidade financeira das autarquias para realizar tal obra pelos seus próprios meios.»

Os «próprios meios», no caso de Alpiarça, têm significado, não por que esta autarquia disponha de recursos especiais, mas exactamente porque — à semelhança da generalidade dos municípios — esses recursos são insuficientes, dada a magreza das verbas descentralizadas pelo Poder Central; nesta conformidade a Câmara de Alpiarça apetrechou-se convenientemente com um parque de 50 máquinas e viaturas, oficinas próprias de mecânica, pintura, serralharia, carpintaria e fabrico de peças de betão (para lancis, manilhas, prumos, lages, lajetas, etc.), lançando-se, com os seus 150 trabalhadores, à administração directa das obras



A administração directa é a espinha dorsal da actividade do município (na foto, pormenor da feitura de manilhas nos estaleiros da Câmara)

municipais. Os resultados estão à vista:

«Para além das infra-estruturas básicas, fizemos postos médicos nos lugares do concelho, ampliámos o Centro de Saúde da vila (ai com 50% de comparticipação do Poder Central numa obra de 12 000 contos), instalámos igualmente polidesportivos e construímos, depois do 25 de Abril, cerca de 100 fogos para venda e renda social. Não prosseguimos os programas habitacionais devido aos elevados encargos que tivemos de suportar com diversas entidades oficiais, nomeadamente o Fundo de Fomento da Habitação. Presentemente o município tem uma zona (do Sacadura) praticamente infra-estruturada, constituída por cerca de 60 lotes, para construção unifamiliar e colectiva e venda directa dos terrenos aos interessados a preços e condições acessíveis, que vão até um ano para o pagamento dos mesmos.»

Dá gosto ver!

Tivemos oportunidade de ver a nova zona de expansão da vila, fruto do dinamismo da edilidade no sector habitacional. Dá gosto apreciar: bairros modernos, arejados, limpos, com equipamento social adequado, zonas verdes e uma disponibilidade para o convívio bem patente nos bandos de crianças que neles circulam à vontade. Alpiarça cresce, com Abril, no respeito pelas pessoas e a sua história.

Mas a intervenção da Câmara na vida dos municípios não se esgota nas obras de utilidade pública, como nos deu nota Almerindo Pinhão:

«O município apoia as associações culturais, desportivas e recreativas do concelho (cinco, ao

Mouchão do inglês é emoção de portugueses

A Cooperativa de Produção Agrícola do Mouchão do Inglês está instalada em riquíssimas terras de aluvião e beira-Tejo desde 1975, quando foi formada no âmbito da Reforma Agrária embora com características específicas, dado que as terras eram e são do Estado. A Cooperativa paga por elas uma renda estipulada por contrato de arrendamento.

A história desta unidade produtiva — uma das maiores do concelho — é um verdadeiro repertório de sucessos de gestão e produtividade e faz prova da capacidade dos trabalhadores, quando nisso empenhados, em dinamizar a economia e rentabilizar os recursos nacionais. Ali cultiva-se quase tudo — milho, tomate, melão, vinha, beterraba, trigo, tabaco, horticultura — produz-se carne e leite, construiu-se uma vacaria, adquiriu-se um parque de máquinas próprio e vive-se um quotidiano de labuta frutuosa e investimento permanente.

Visitámos acidentalmente esta Cooperativa com o presidente da Câmara, ou melhor, almoçámos com os seus trabalhadores dada a fortuita coincidência da sua «Festa das Colheitas» se ter realizado no dia da nossa deslocação a Alpiarça. Houve baile e discursos, alegria e emoção a rodos. No meio, apelos à unidade e ao empenhamento colectivo na vida da Cooperativa. Episódios comoventes explicaram ao jornalista — melhor que qualquer esclarecimento formal — o porquê da vitalidade daquela unidade de produção.

Destacamos dois: um, quando um grupo de raparigas que já se tinham fartado de saltar no baile, se acercaram do microfone, impuseram silêncio, chamaram representantes da direcção da Cooperativa e lhes entregaram um pendão bordado a assinalar a sua participação nas colheitas. Os aplausos apoteóticos dos 200 trabalhadores presentes — em geral mais circunspectos — tiveram o seu quê de «engolir em seco». Mascaram emotividades tem que se lhe diga... Como se confirmou pouco depois, também numa iniciativa-surpresa, quando um outro grupo, mas agora de mulheres «feitas», chamou ao palco um cooperante que se reforma este ano, para lhe darem um presente. O homenageado ficou paralisado de emoção, as lágrimas nasceram em vários rostos. Expedida, uma das mulheres abraçou-o e disse bem alto, ao microfone: «Ó homem, a gente conta contigo pró ano para plantares com a gente!» ■

Em cima, homenagem inesperada de jovens operárias agrícolas à Cooperativa do Mouchão do Inglês; em baixo a festa e os seus improvisos. A emoção fartou-se de jogar às escondidas...



SIDA

A peste do séc. XX?

Assembla-se a uma nuvem compacta quando ampliado até um tamanho 350 mil vezes superior ao real. Instala-se no aparelho genético das células e desenvolve-se rapidamente. Os cientistas desconhecem a sua origem, a forma de o controlar, um antídoto eficaz. Transmite-se através das relações sexuais e do sangue. As suas consequências são mortais.

Tem o nome técnico de vírus HIV e manifesta-se em mais do que uma forma. É o responsável da SIDA — Síndrome de Imunodeficiência Adquirida — a doença que ameaça tornar-se «a peste do século XX».

Detectada pela primeira vez no início dos anos oitenta, a SIDA permanece até hoje um mistério para a comunidade científica. A sua rápida propagação pelo mundo inteiro e os seus efeitos mortais desencadearam reacções em cadeia no seio das mais diferentes sociedades; fazendo mudar hábitos, costumes e mesmo mentalidades.

Considerada inicialmente como uma doença de marginais — os primeiros casos registaram-se entre homossexuais, prostitutas, tóxico-dependentes — a SIDA não tardou muito a vencer a barreira dos chamados «grupos de alto risco». As possibilidades de transmissão do vírus através de transfusões de sangue, da recepção de plasma e outros líquidos biológicos ou tecidos, bem como das relações heterossexuais, alargou amplamente as margens de risco do contágio.

Sem alarmismo, mas com a crueza que a situação impõe, a Organização Mundial de Saúde (OMS) revelou que mais de 100 mil pessoas têm SIDA e que entre cinco a dez milhões estão infectadas com o vírus. Mais, admite-se que cinco dos 550 milhões de habitantes de África estejam contaminados, embora actualmente dos mais de 56 mil casos detectados a maior, 40 mil, se tenha registado nos Estados Unidos.

A gravidade da situação levou inclusive a modificar previsões iniciais: a OMS estimava que, em 1991, o número de doentes com SIDA atingiria o milhão; a estimativa actual é de que se poderá chegar, nessa altura aos três milhões!

Tratando-se de uma doença cuja incubação demora três a cinco anos (ou mesmo, segundo opiniões recentes, quinze anos), período em que os afectados não sentem efeitos reveladores da sua existência, e cuja prevenção implica a tomada de medidas não apenas pelas autoridades responsáveis pela Saúde, mas igualmente a intervenção individual, compreende-se a dificuldade de controlar o contágio.

A situação é agravada pela inexistência de qualquer remédio ou vacina, o que por seu turno parece estar directamente dependente da descoberta da origem do vírus da SIDA, tema que continua a ser pomo de discórdia entre os cientistas. O vírus HIV é de natureza artificial ou natural? Da resposta pode depender o fim das trevas que a SIDA lançou sobre a Humanidade.

A polémica

Em Outubro de 1986, o jornal inglês «Guardian» publicou um artigo sobre a possível natureza artificial do vírus da SIDA, citando depoimentos de funcionários do Pentágono na Comissão Orçamental do Congresso dos EUA em 1969. De acordo com os referidos documentos, o Pentágono declarou então que talvez seja possível criar nos próximos 5 a 10 anos um microrganismo infeccioso que se distinga notoriamente de todos os agentes morbosos conhecidos. A sua característica mais importante consiste em que afecta o sistema de imunidade, de que depende a capacidade do nosso organismo de resistir às doenças in-

fecciosas. O vírus existe. Provoca a SIDA.

Aquela hipótese, levantada pela primeira vez em 1984, é partilhada por um número considerável de investigadores de renome, designadamente norte-americanos, e rejeitada por outros tantos. Segundo o professor Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, e Viktor Jdanov, director do Instituto de Virologia da Academia de Medicina da URSS, entre muitos outros, a origem artificial da SIDA é uma hipótese «absurda». Das razões aduzidas destaca-se o facto, por exemplo, de se considerar inverosímil obter simultaneamente, em laboratório, duas variedades do vírus HIV.

A argumentação, no entanto, funciona nos dois sentidos. Os defensores da origem artificial do vírus da SIDA argumentam que seria ainda

menos provável o aparecimento em simultâneo na natureza de dois ou mesmo três agentes da SIDA, por mutação de vírus não patogénicos para o homem.

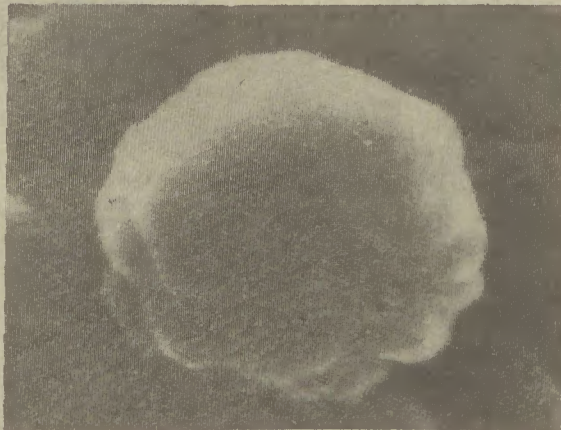
De acordo com informação divulgada pelo «Washington Post», um importante grupo de investigadores da Universidade de Harvard concluiu que o aparecimento e difusão da SIDA podem ser atribuídas a laboratórios militares norte-americanos, que procuram meios de criação de novas armas bacteriológicas, nomeadamente o Laboratório de Forte Detrick.

John Seale, especialista inglês de doenças venéreas, é de opinião que

o vírus HIV é uma arma bio-bélica perfeita: desafia as reacções imunológicas destruindo o próprio sistema imunitário, infecta estavelmente a vítima até à morte e é incurável.

O facto de as bases militares norte-americanas e os meios onde estão inseridas serem particularmente afectados pela doença, reforça a hipótese apresentada. Como escrevia «The Guardian», em Fevereiro último, «as bases militares americanas são cada vez mais acusadas, não de serem eventuais objectivos de bombardeamentos nucleares futuros, mas dos seus militares serem portadores do vírus da SIDA».

Vírus da SIDA aumentado milhares de vezes



● Segundo os especialistas, a SIDA não se transmite:

- pelo contacto social
- pelo trabalho
- pelos insectos
- pelo ar
- pelos alimentos
- nas piscinas públicas
- nos transportes públicos

● Em Portugal, até 31 de Março de 1987, tinham-se registado 31 mortes devido à doença.

● Até à mesma data, no País, estavam detectados 54 casos de SIDA, referindo-se o maior número de casos a homossexuais masculinos, seguindo-se os hemofílicos e os tóxico-dependentes de drogas administradas por seringas.

● Os países mais atingidos pela SIDA são, por ordem de importância, os EUA, o Brasil, a Suíça, a RFA, a França, a Dinamarca e o Reino Unido (sobre os quais há informação). ■

Aids Polizei sucht 1000 Männer
Wer liebte diese Frau?



Liebes Mädchen Sonja

«Quem amou esta mulher? Tem SIDA...»
— anúncio publicado nos jornais da RFA após se descobrir que esta prostituta contagiou centenas de pessoas

Campanha de prevenção em Londres: «A SIDA é imparcial. Pode matar qualquer pessoa.»; «SIDA — não morra por ignorância»



Informar e educar

Na mesma altura, a «Associated Press» anunciava que «os exames efectuados pelo Ministério americano da Defesa a 1,3 dos 2,1 milhões de pessoas que cumpriram serviço militar activo no exército, força aérea e corpo de fuzileiros navais, puseram em evidência que 2100 homens e mulheres sofreram a acção do vírus da SIDA».

A OMS, por seu turno, tendo em conta a informação científica de que dispõe, decidiu considerar como **não definitiva** a explicação inicial para a origem da doença, ou seja, a versão «africana», apelando, na passada primavera, a uma análise minuciosa e aberta das várias hipóteses avançadas. Uma posição idêntica havia já sido tomada em 1985, durante um debate que reuniu em Bruxelas 700 participantes de 51 países.

De momento, e independentemente da inevitável responsabilização que virá a ser feita caso se chegue à conclusão sobre a natureza artificial do vírus HIV, a discussão sobre as origens da SIDA deve ter como objectivo travar a doença. Conseguir determinar as verdadeiras componentes do problema poderá ser um importante passo para a sua resolução. É a vida de milhões de pessoas que está em jogo.

Conjugar esforços contra a SIDA

No passado mês de Maio, a Assembleia Mundial de Protecção da Saúde aprovou um programa especial e uma estratégia global para a luta contra a SIDA. Foi então lançado um apelo para se submeter toda a informação científica relacionada com o problema das origens da SIDA a uma análise científica internacional, aberta e meticulosa; desenvolver a cooperação dos cientistas; conjugar todos os esforços para fazer face ao problema.

Por iniciativa da Grã-Bretanha, vai realizar-se em Janeiro do próximo ano uma Conferência Internacional sobre a SIDA. Entretanto, a URSS propôs a elaboração de um projecto internacional de pesquisa sobre esta doença, um serviço internacional de informação sobre o problema, o fortalecimento da Organização Mundial de Saúde para que melhor possa combater o vírus e um debate sobre a SIDA na 42.ª reunião da Assembleia Geral da ONU, a decorrer durante este mês.

A par destas medidas, um número crescente de países está a tomar, ou já tomou, medidas de carácter preventivo. Destinadas, em primeira análise, a evitar a propagação da doença, tais medidas têm vindo a tomar, nalguns casos, um cariz abertamente discriminatório, racista, prepotente e limitador das liberdades individuais.

Desde os falsos moralistas e puritanos, que sem pejo clamam que a SIDA é um «castigo» à liberalização dos costumes, até manifestações de histeria colectiva que leva comunidades a segregar e hostilizar os doentes, para já não falar do oportunismo comercial que utiliza o medo da SIDA para vender os seus produtos, de tudo um pouco se tem visto.

Mas o que importa, antes de tudo o mais, é esclarecer as pessoas sobre as formas existentes de prevenção e impedir o alarmismo.

Em Portugal, como noutros países, o Grupo de Trabalho da SIDA tem vindo a prestar esclarecimentos nesse sentido. Vale a pena ler e seguir os seus conselhos. ■

As características biológicas e epidemiológicas da infecção pelo vírus HIV justificam, se não a histeria que se apoderou de muitos, certamente a tomada de medidas urgentes por parte de cientistas, clínicos, políticos, educadores, técnicos de Saúde Pública, membros dos grupos de maior risco, da Comunicação Social e da comunidade em geral.

Assim, em termos epidemiológicos, há a salientar que a doença não é apenas de homossexuais, toxicómanos e prostitutas; que a infecção pelo vírus HIV tem um largo espectro de situações, desde a de portador assintomático às de quadros clínicos relativamente benignos ou de SIDA completamente desenvolvida; que não é possível determinar a evolução das situações mais benignas para a de SIDA, quase sempre fatal; que a maioria das pessoas infectadas são potencialmente infectantes e, embora sem sintomas, poderão transmitir a infecção durante toda a vida ou por largos períodos de tempo.

(...) Sendo a relação sexual, princi-

palmente a que está ligada à promiscuidade, e o uso de seringas contaminadas as principais — e praticamente as únicas — vias de transmissão da infecção, é evidente que a prevenção da doença implicará grandes mudanças no comportamento de alguns indivíduos, quer seja a redução do número de parceiros sexuais, o uso de preservativos e a abstenção de práticas sexuais particularmente lesivas das mucosas, quer seja o não compartilhar de agulhas e seringas contaminadas.

Não é tarefa fácil conseguir tais desideratos.

Do ponto de vista educacional, sabe-se que não se mudam facilmente os estilos de vida, quer eles estejam ligados às práticas sexuais, quer à alimentação, quer ao consumo de substâncias nocivas ao organismo, sejam elas o tabaco, o álcool ou a droga.

A estratégia educacional deverá combinar uma difusão rápida da informação com programas de educação bem estruturados, se se quiser

obter as necessárias mudanças de comportamento. Isto não se consegue com a simples repetição de *slogans* ou com a continuada exortação à prática da atitude correcta, nem sequer com o uso indiscriminado ou isolado dos meios de comunicação social. Implica, sobretudo, a utilização de mensagens e o conhecimento de como os indivíduos entendem a mensagem e são atingidos por ela.

É uma tarefa que requer tempo e persistência e que não se conseguirá levar a bom termo apenas com campanhas esporádicas, que, embora úteis em si próprias, têm um impacto de curta duração e criam por vezes um peso excessivo na administração pública.

Cada país terá de estabelecer programas de educação que se baseiem no conhecimento da sua cultura e dos seus costumes, de modo a adaptar as actividades do programa às necessidades e possibilidades específicas do país. (...)

(Prof.ª Laura Ayres in «Notícias Médicas»)

Alguns conselhos

1. Tenha sempre presente que a SIDA não é uma doença de homossexuais, tóxico-dependentes ou prostitutas.
2. Tenha sempre presente que a maioria dos portadores do vírus não tem sinais de doença.
3. A situação ideal é manter relações sexuais apenas com um único parceiro sexual e em que nenhum membro do casal tome drogas, por via endovenosa.
4. Quando não tiver absoluta certeza se o seu parceiro sexual é ou não portador de vírus use preservativos em qualquer tipo de relação sexual. Use corretamente o preservativo — desde o início da relação sexual, bem ajustado, mas com espaço suficiente na ponta para não romper com o esperma. Os espermicidas não são protectores em si mesmos, mas podem diminuir o risco quando usados com o preservativo. Mesmo que ambos os parceiros estejam infectados, os preservativos, são essenciais para evitar reinfecções, que pioram o prognóstico.
5. Se tiver razões para pensar que está infectado, diga-o ao seu parceiro sexual e peça-lhe a mesma honestidade em relação a si. Os indivíduos infectados não necessitam de se abster de ter relações sexuais, mas devem tomar precauções para evitar a difusão da infecção.
6. Se pensa que está infectado não dê sangue para ter a confirmação. Procure o seu médico, que lhe indicará um serviço onde o exame pode ser feito com segurança e confidencialidade.
7. Se é tóxico-dependente, não compartilhe seringas seja com quem for.
8. Se um membro da sua família tem SIDA, não receie o seu contacto.
9. Se é mulher e tem razões para pensar que pode estar infectada (porque é tóxico-dependente, ou teve relações sexuais com um indivíduo pertencente a um grupo de risco, ou sofreu alguma transfusão no passado) deve fazer a pesquisa de anticorpos contra a SIDA, antes de engravidar. Se a pesquisa foi positiva, não engravide.
10. Converse com os seus filhos, diga-lhes o que é a SIDA e que a doença mata, mas que pode evitar-se seguindo estes conselhos.



Gazetilha

por Ignotus Sum

O analista

Ele agita o cocktail de «ideias»
mexe a cauda, dá à perna
e exige lá do alto das ameias
«uma esquerda moderna»...

Uma esquerda que vista no Dior
e use saia curtinha?
O que o analista quer é bem pior:
quer uma esquerda com máscara e tontinha.

Uma esquerda na choça
e que, sem um ai
puxe a carroça
onde a direita vai...

Vive ensojado no palavreado.
Quem trabalha e para quem
eis o valor que no tal ensojado
não enxerga ninguém.

Analista aprendiz de inteligente
numa especulação de que se ufana
é capaz de chamar ideia, alegremente,
a uma banana...

O canal e o caneiro

À conquista de um canal de TV
junta-se o A com B
este une-se com C
o qual já está com o D
e este com o E
na companhia de F, já se vê...

Um conluto indiscreto
do grande capital
com todo o analfabeto
para apanhar o canal
o canal que depois será caneiro
às ordens do dinheiro.

O Berlusconi, rato
mafioso, e o tal
candidato
a um canal.
Ó sorte brava!,
pra nosso mal
de «máfias» já bastava
o Telejornal...

A batota

Sobe-se a gasolina, à falsa fé?
Quer-me parecer a mim
que a medida, política não é,
pragmática é que sim...

Faz-se no desemprego fincapé?
De facto, é assim.
Mas tal medida, política não é
pragmática é que sim...

A produção entra na marcha à ré?
Pois percebe-se o fim.
A medida, porém, política não é
pragmática é que sim...

Tem dentuça afiada o jacaré?
Tem, sim senhor. Enfim
a coisa em si, política não é
pragmática é que sim...

Sendo tudo tão mau no mundo prático
severo pensa o crítico
qual a diferença então entre o pragmático
e o político?

Diferença de compota
e chama-se batota...

Pontos Cardeais

Números

Números são números. Pode
pegar-se-lhes pelo fundo ou
pelo princípio, pelo zero ou
pelo infinito, quando não pelo
zero que signifique o fim do
que se supõe em causa. E
daí que os números, sendo
objectivos em si, possam ser
tão manipulados, segundo os
interesses de quem os conta.
Por exemplo, no que toca à
abertura do ano lectivo, o
triumfalismo — embora
moderado — da parte do
Governo, não condiz com o
pessimismo — moderado
embora — de quem
criticamente o vê. Os
sindicatos têm criticado. Os
pais têm protestado. Os
alunos têm sentido. E as
autarquias — órgãos do poder
tão próximos dos problemas
e dos números que os
medem — têm também dito
de sua justiça.
Por exemplo, Vila Franca de
Xira. A Câmara Municipal
deliberou recentemente
denunciar a situação que o
concelho enfrenta. E diz que
dos 7595 alunos
matriculados no ensino
primário apenas 291 estão

sem aulas. Mas, por outro
lado, sublinha que dos
12 500 alunos matriculados
no preparatório e secundário
só 2900 tiveram aulas...
«Esta disparidade», diz a
autarquia, «é facilmente
explicável se pensarmos que
a construção e equipamento
das escolas primárias do
concelho são da
responsabilidade da Câmara
Municipal de Vila Franca de
Xira, enquanto que as
escolas preparatórias e
secundárias são da inteira
responsabilidade do
Ministério da Educação».
«Será que isto é só no nosso
concelho, ou a situação é
geral?», pergunta a
autarquia.

Aos leitores, conforme a sua
experiência, caberá examinar
o problema. Pegando nos
números, comparando-os,
decidindo. Que isto são
contas de todos nós.

À Saúde do Citybank!

«...A história começa há
cerca de 2 anos com a

inexplicável demissão do
director do Departamento de
Gestão Financeira do
Ministério da Saúde, Augusto
Manta, conhecido no
Ministério como um
profissional competente.
Com esta demissão, a
transparência das despesas
com a Saúde desapareceu:
nunca mais foi publicado o
relatório anual do
Departamento.
Em substituição de Augusto
Manta, Leonor Beleza
nomeia Francisco Lufinha
que, em vez da Caixa Geral
de Depósitos, passa a utilizar
o Citybank para depositar os
14 milhões de contos
mensais (170 anuais) que o
Orçamento do Estado prevê
para a Saúde.
O escândalo, já noticiado na
imprensa diária, foi
minuciosamente montado.
Para que o dinheiro
permaneça no Citybank
durante o máximo de tempo,
os hospitais passaram a
receber 65% no dia 20, em
vez de receberem tudo no
princípio do mês. E recebem
por cheque para demorar
mais uns dias! E também os
hospitais foram contactados
para abrirem contas no
Citybank!
Por acaso, o mesmo
Francisco Lufinha, no
passado mês de Agosto,
deixou o Departamento de
Gestão Financeira da Saúde
e foi exercer funções de
destaque no Citybank. (...)
Porque é que a sr.ª ministra

nada disse sobre isto? Tem
medo de ser
«inspeccionada»?

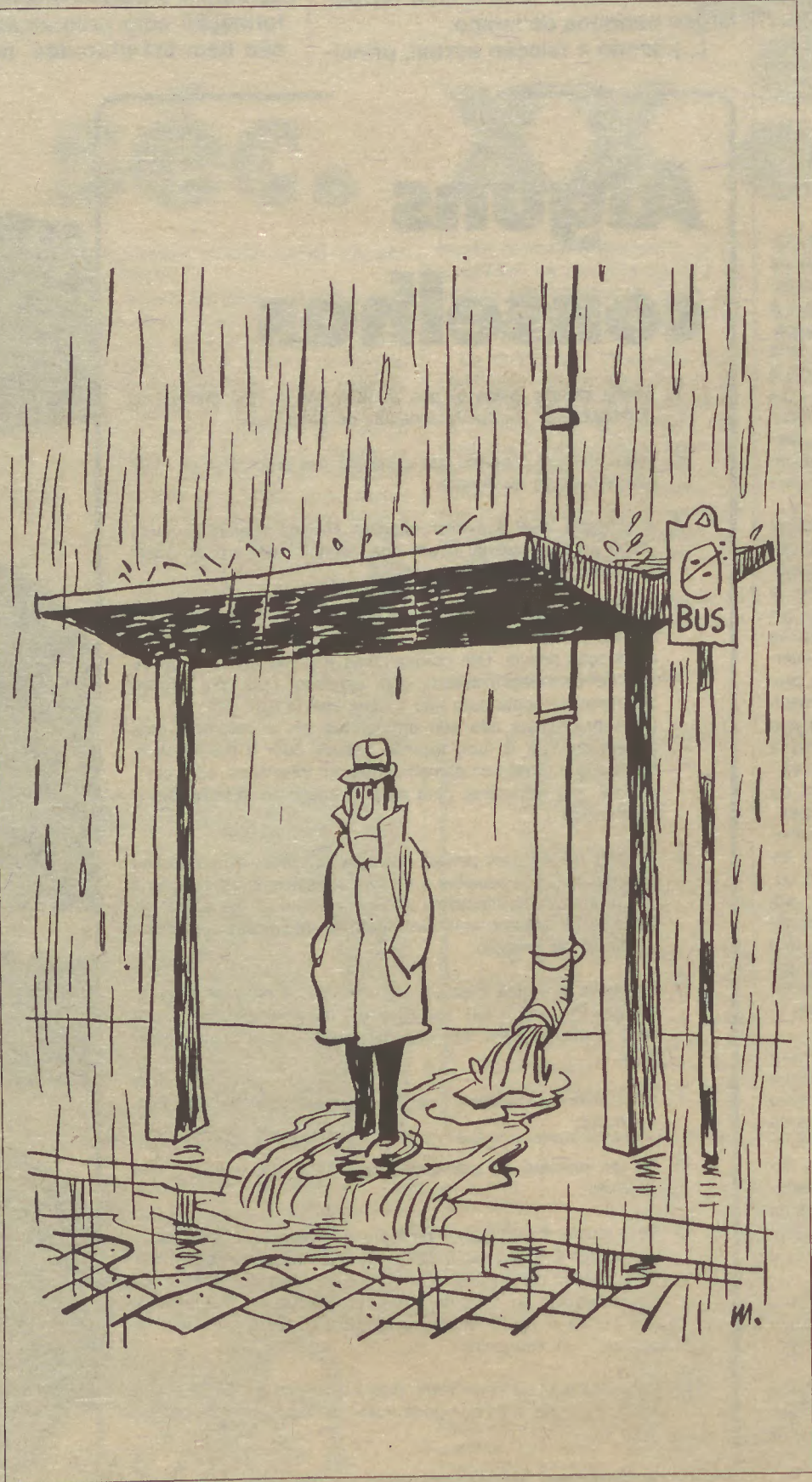
(in «Saúde», boletim do Sector
da Saúde da Organização
Regional de Lisboa do PCP, n.º
6, ed. Set./Out.)

Pingo a pingo

A gente tem da doçura a
imagem que pode. Uns
lembram-se simplesmente do
açúcar. Outros do mel.
Outros, mais elaborados,
chegam ao caramelo, quer
dizer, ao momento mais
açucarado, aquele que faz o
ponto do mais doce. O pingo
doce.
Ao pingo doce chegou o Pão
de Açúcar. Pelo menos
algumas das lojas que assim
tinham o nome. Aí, os
consumidores portugueses
puseram-se a imaginar que
os «super» iam ficar mais
doces. Não notaram, ao que
parece, diferença alguma no
paladar dos preços. Notaram
entretanto alguma
desorientação. No serviço.
Na qualidade. No sabor.
Sabia-lhes a amargo...
Nas negociações decorrentes
da entrada da CEE — tu ficas
com o «super», ele com o
«jumbo», o outro com o
abastecimento, aquele com o
«hiper» — as grandes lojas
vão mudando de mãos e os
consumidores às vezes
parece-lhes que ganham uns
tostões com as trocas. O
amargo vem depois.
Chamam-lhe um travo...
Os trabalhadores, esses, já
amargaram.
Alguns há que dos
escritórios passaram aos
armazéns.
Outros há que se queixam
das horas a mais que fazem
e não lhes pagam.
Outros ainda das
transferências que são
obrigados a fazer entre uma
loja e outra e o lar que
acaba ficando longe.
Todos achando que antes da
onda laranja as coisas eram
menos amargas.
O pingo, às vezes, não é
doce como anunciam...

A democracia prática...

Algumas dizem que a
democracia é um estado de
espírito. Outros afirmam que
isto da democracia tem que
se diga — há algumas
questões práticas que não
podem deixar de ser,
consideradas. Nem uns nem
outros, porém, parecem ter
tido a ideia de perguntar aos
interessados — ao povo, aos
eleitores, enfim, àqueles em
que a democracia, esta ou
aquela, se fundamenta — o
que pensam disto.
Mas se alguma dúvida
existe, porque não perguntar
a quem «na verdade» sabe?
Em questões de «saber», o
melhor é perguntar a um
professor.
E foi isso o que se fez.
Foram muitos à Gulbenkian
ouvir da boca de um
professor austríaco — no
caso o filósofo Karl Popper —
como é isso da democracia.
Curioso é como tantos que
se «bateram» contra o
partido «único» se
convenceram que, em
«democracia», quanto menos
partidos melhor.
É claro que esta conferência
se realizou no âmbito do
«balanço do século», o que
dá amplas desculpas. O
tempo acaba por apagar
tantas coisas... Sobretudo
depois da vitória laranja...



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 719

8 de Outubro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

COMÍCIO DE AMIZADE

PARTIDO
COMUNISTA PORTUGUÊS

PARTIDO
COMUNISTA ITALIANO

com ÁLVARO CUNHAL e ALESSANDRO NATTA

9 DE OUTUBRO
SFUAP — 21.30 H
COVA DA PIEDADE

ANTOLOGIA



ORAL, Tan, TURQUIA. In «Catálogo da 1.ª Exp. de Caricatura, Gabrovo — Bulgária, 1973

Quinta

• FELGUEIRAS

Reunião, às 21.30, de dirigentes e activistas sindicais, no Centro de Trabalho.

• ÉVORA

Reunião, às 10.00, de militantes comunistas das UCPs do concelho de Évora, no Centro de Trabalho do Largo Luís de Camões, com os camaradas António Murteira e Artur Mendes.

Sexta

• PORTO

Reunião, às 21.30, das Organizações de Cedofeita, Lordelo do Ouro e Massarelos, no Centro de Trabalho da Boavista.

• VIALONGA

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho, com o camarada Dias Lourenço.

• LISBOA

Debate com quadros do Partido sobre o Sector Empresarial do Estado, às 19.00, no salão do Centro de Trabalho Vitória. Participam os camaradas Gorjão Duarte, Octávio Teixeira, Carlos Carvalhas e António Andrez.

• ALAMADA

Comício de Amizade Partido Comunista Português, Partido Comunista Italiano, às 21.30, na SFUAP (Cova da Piedade), com os camaradas Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, e Alessandro Natta, Secretário-Geral do PCI.

Sábado

• RIO TINTO/ /GONDOMAR

Encontro concelhio de quadros, às 15.00, na Escola Preparatória (Monte da Burra).

• PORTO

Reunião de quadros da freguesia de Ramalde, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• GAIA

Grande leilão, convívio, às 21.00, no Centro de Trabalho.

Domingo

• VALBOM/ /GONDOMAR

Convívio, às 15.00, no Centro de Trabalho, projecção de vídeo e discussão política.

• CALDAS DA RAINHA

Almoço, seguido de reunião, no Centro de Trabalho.

TV O Programa

Quinta
RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela – «Tudo ou Nada»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório
18.00 – Sumário
18.05 – Brinca Brincando

18.30 – Ponto Por Ponto
19.30 – Série – «Missões de Paz»
20.00 – Telejornal
20.35 – Boletim Meteorológico
20.45 – Série – «Os Mísseis de Outubro»
21.45 – Face a Face
22.45 – Filme – «A Madrinha»
23.45 – Notícias
00.15 – Remate.

RTP2

17.15 – Telenovela – «Os Imigrantes»
18.00 – Countdown
19.00 – Simon Show
20.00 – Série – «Hitchcock Apresenta»
20.30 – Série – «Os Malucos do Circo»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Filme – «As Alegres Comédias da Rádio», real. Nicholas Renton
22.25 – Série – «Os Sobreviventes», últ. epis.

Sexta
RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela – «Tudo ou Nada»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório
18.00 – Sumário
18.05 – Brinca Brincando
18.30 – Ponto Por Ponto
19.30 – Memória Audio-Visual
20.00 – Telejornal
20.35 – Boletim Meteorológico
20.40 – Mobil nos Caminhos de Portugal
20.55 – Série – «Os Mísseis de Outubro», últ. epis.



21.50 – O Fogo e o Gelo
22.50 – Notícias
23.20 – Remate
23.30 – Pela Noite Dentro – «Três Minutos de Vida».

RTP2

17.15 – Telenovela – «Os Imigrantes»
18.00 – Countdown
19.00 – Simon Show
20.00 – Série – «Hitchcock Apresenta»
20.35 – Série – «Os Malucos do Circo»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Clube de Jornalistas
22.05 – Série – «A Vida que Quero Viver»
23.00 – Série – «Os Fazedores de Dinheiro»
23.30 – Troféu.

Sábado
RTP1

10.00 – Juventude e Família
11.00 – Série – «He Man»
11.20 – Série – «David o Gnome»
11.45 – O Anel Mágico
12.05 – Minde Out
12.45 – Desenhos Animados
13.00 – Jornal de Sábado
13.10 – Lucky Luke
13.35 – Série – «Akagera»
14.05 – Videopolls
14.50 – Desenhos Animados
15.30 – Telefilme – «A Cabana do Pai Tomás»
17.20 – Os Príncipes do Mónaco
18.20 – Série – Os Filhos da Pantera Cor-de-Rosa»
18.45 – Série – «Experiência Migrante», últ. epis.
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.00 – Boletim Meteorológico
21.05 – 7 Folhas
21.35 – Série – «Hill Street», últ. epis.
23.30 – Misse Praia.

RTP2

10.00 – Compacto Countdown
13.00 – Compacto «Tudo ou Nada»
16.00 – Troféu
20.00 – Quem Sai aos Seus...
20.25 – Série – «Louvre»
21.20 – RTP/Ano 30.

Domingo
RTP1

10.00 – Juventude e Família
11.00 – Missa
12.00 – 70x7
12.30 – TV Rural
13.00 – Jornal de Domingo
13.10 – Série – «Ascensão e Queda do Rei Algodão»
13.35 – A Ilha das Borboletas
14.00 – A Prática das Coleções
14.30 – Circo de Leninegrado
15.20 – Série – «A Rota da Seda»
16.15 – Que Profissão?
17.00 – Primeira Matinée – «A Coragem da Lassie»
18.35 – Documentário
19.00 – Série – «O Justiceiro»
20.00 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico
20.35 – Tempo de Ensaio
21.00 – 7 Folhas
21.05 – Os 15 Anos de Televisão na Madeira
22.05 – Domingo Desportivo.

RTP2

10.00 – Troféu
12.30 – Caminhos
13.20 – Entre Barreiras
13.50 – Série – «A Evolução do Homem»
14.40 – Desenhos Animados
15.00 – Troféu
17.30 – RTP/Brasil
18.00 – 24 Horas na Vida de um Pedinte
18.40 – Documentário
19.00 – Palavras Ditas
19.25 – Music Box
20.30 – Arte e Letras – «Louis Trenker»
21.35 – Cine-Clube – Crónica dos Anjos de Fogo», real. Alexandr Dovjenko
23.15 – Top Vídeo.

Segunda
RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela – «Tudo ou Nada»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório
17.30 – Sumário
17.35 – Brinca Brincando
18.20 – Série – «Missões de Paz»
18.50 – Série – «O Império de Carson», 1.º epis.
19.30 – Telejornal
20.10 – Boletim Meteorológico
20.20 – Telenovela – «Roque Santeiro», 1.º epis.
21.00 – Sete Folhas
21.05 – Apoiarte
23.05 – Fátima – «Procissão das Velas»
23.35 – Notícias
00.05 – Remate.

RTP2

13.15 – Telenovela – «Os Imigrantes»
14.00 – Agora Escolha
15.30 – Concurso Viana da Mota
16.30 – Trinta Minutos Com...
17.00 – Countdown
18.00 – Ponto Por Ponto
19.00 – Simon Show
19.45 – Almanaque
20.00 – Série – «Hitchcock Apresenta»
20.30 – Série – «Os Malucos do Circo»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Shoah.

Terça
RTP1

10.00 – Fátima
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório
17.30 – Sumário
17.35 – Brinca Brincando
18.20 – Trânsito
18.50 – Série – «O Império de Carson»
19.30 – Telejornal
20.10 – Boletim Meteorológico
20.20 – Telenovela – «Roque Santeiro»
21.00 – Sete Folhas
21.05 – Programa da Direcção de Informação
22.05 – Série – «Brigada Especial»
23.00 – Notícias
23.30 – Remate.

RTP2

13.15 – Telenovela – «Os Imigrantes»
14.00 – Dois Dedos de Conversa
15.30 – Série – «Quando as Mulheres Triunfam»
16.30 – Trinta Minutos Com...
17.00 – Countdown
18.00 – Ponto Por Ponto
19.00 – Simon Show
20.00 – Série – «Hitchcock Apresenta»
20.30 – Série – «Os Malucos do Circo»
20.55 – Montra de Livros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Shoah.

Quarta
RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela – «Tudo ou Nada»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Ciclo Preparatório
17.30 – Sumário
17.35 – Brinca Brincando
18.50 – Série – «O Império de Carson»
19.30 – Telejornal
20.10 – Boletim Meteorológico
20.20 – Telenovela – «Roque Santeiro»
21.00 – Sete Folhas
21.05 – Vamos Jogar no Totobola
21.20 – Lotação Esgotada – «Bullit», real. Peter Yates (EUA/1968)
23.15 – Notícias
23.45 – Remate.

RTP2

13.15 – Telenovela – «Os Imigrantes»
14.00 – Agora Escolha
15.30 – Bach Para Sempre
16.30 – Trinta Minutos Com...
17.00 – Countdown
18.00 – Ponto Por Ponto
19.00 – Simon Show
19.45 – Almanaque
20.00 – Série – «Hitchcock Apresenta»
20.30 – Série – «Os Malucos do Circo»
20.55 – Montra de Livros
21.00 – Jornas das Nove
21.30 – Fantasia e Realidade
22.00 – Clube de Imprensa
23.45 – Série – «Crime Organizado nos EUA».

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Caixa Económica Operária, Rua Voz do Operário, 64. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Kartoteka**, de Tadeusz Rozewicz, enc. de António Solmer.

Centro de Arte Moderna, Sala Polivalente. Terças e sáb., às 21.30, dom. 11, às 18.30, dias 18 e 25, às 16.00. **«Charcuterie Fine»**, de François-Louis Tilly.

Comuna, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17.30. **O Urso na Cama**, de José A. Gouveia.

Sala Nova, de 3.ª a sáb. das 21.30, dom., às 17.00. **Os Dois Corcundas e a Lua**, de Richard Demarcy, enc. João Mota.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. **«Socorro... Sou Uma Mulher de Sucesso»**, de Alloisio-Coll-Gaber. De 2.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Des-

canso à 4.ª, enc. Io Apolloni.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnãdo e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Theatro Gymnásio, Rua Nova da Trindade, 5. **Calderón de Pier Paolo Pasolini**, enc. Mário Feliciano.

Teatro Maizum, Rua dos Poiaes de S. Bento, 75-B 2.ª. De 2.ª a sáb., às 21.30. **A Bela-Calígula**, de Augusto Sobral, enc. de Rogério Vieira.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às

16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Peça Para Dois Actores**, de Tennessee Williams, enc. Osório Mateus.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Feiras**, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• PORTO

Sala do Povo Portuense, Rua de Camões, 578. **Tio Vania**, de Anton Tchekov, pela Selva-Troupe,

enc. Fernando Umaña.

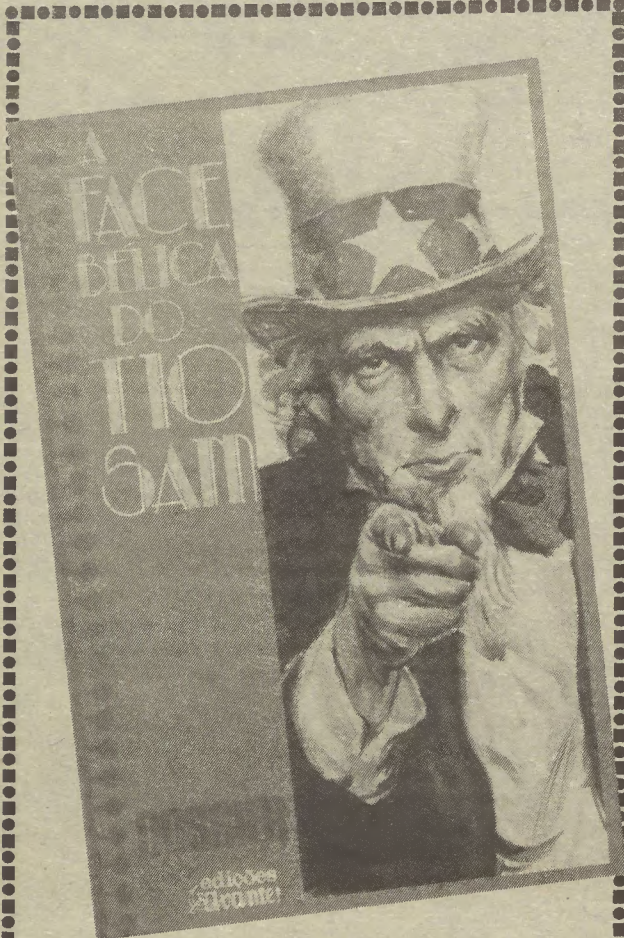
Sede da Caixa de Pandora, Rua de N. Senhora de Fátima. **O Marinheiro**, de Fernando Pessoa, enc. de Fernando Costa.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balbastro Dr. Paulo Borba. 5.ª, 6.ª, sáb. e dom., às 21.30. **Boavida e o Diploma**, de Luigi Pirandello, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. de Carlos César.

Para Crianças

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. **Viagem**, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando. **TIL – Teatro Infantil de Lisboa**, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo.


Introdução
1. Um capitalismo «científico», enredado em insustentáveis contradições

O chamado capitalismo «científico» ...
As cimelras que nada resolvem ...
As guerras anónimas entre «aliados» ...
Três sismos no mundo capitalista ...
O fantasma da grande depressão e a guerra como «muleta negra» da economia capitalista ...

2. O Relatório de Harold Brown

A inversão do clima internacional de desanuviamiento durante a administração Carter ...
O mito da «ameaça soviética» e a histeria da guerra ...
A «turbulência internacional» e a pragmática dos interesses vitais ...
As condições de segurança dos Estados Unidos, condições da insegurança do globo terrestre ...
Uma política internacional orientada para a defesa dos monopólios ...
Onde se fala de «desenvolvimentos regionais», de euromísseis e de reforços rápidos ...
Capacidades nucleares que são incapacidades do chamado mundo livre ...
Mais uma vez o mito da «ameaça soviética» ...
O «nuclear» ...
Os programas de armas convencionais ...
As forças navais ...
Causas da política belicista ...

3. As estratégias militares da guerra-fria

Da guerra-quente à guerra-fria ...
O baixar da cortina sobre os acordos de paz ...
A questão alemã: um «milagre» económico made in Morgan and CIA ...
Niets atlânticos que são OK nucleares ...
Sobre as estratégias militares da guerra-fria: da «contenção» e da «dissuasão» ...
Da Truman a Eisenhower: a primeira «contenção» ou a «retaliação maciça» ...
Eisenhower: a segunda «contenção» ou a retaliação completamente maciça ...
Kennedy: a «resposta flexível» ou a flexível retaliação mais maciça que nunca ...
De Johnson a Nixon: da «resposta flexível» à «dissuasão realista» ...
Carter: a Directiva Presidencial n.º 59, escaldante retorno à guerra-fria ...

4. A Era Reagan

Os efeitos da «reaganomia» ...
O desmoronar definitivo do mito da «ameaça soviética» ...
As concepções estratégicas de Reagan no Documento de Santa Fé ...
Os interesses dos monopólios do armamento e o documento NSDD-32 ...
Novas armas estratégicas, armas de «primeiro golpe» ...
Guerra em profundidade, armas inteligentes, tecnologias de ponta «Guerra das estrelas», guerra química e guerra biológica ...
A contestação da estratégia de Reagan por personalidades políticas norte-americanas ...
Os que desejam a paz: Reliquiavique e as propostas soviéticas de desarmamento ...
Os que apostam na corrida aos armamentos e na ameaça nuclear: o perfil da actual administração dos EUA ...

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Os Dias da Rádio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B	Jardins de Pedra	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
C	O Navio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	O Pecado Mora ao Lado	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—

Classificação de A a D

A — Real. Woody — Las Vegas/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Francis Ford Coppola — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Federico Fellini — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. Billy Wilder — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Música

Acontecimento de relevo da semana: as VIII Jornadas de Música Antiga promovidas pela Gulbenkian, a decorrer desde ontem e até dia 17 em diversas salas e igrejas de Lisboa.

Assim:
 Dia 8, 21.30, na Igreja de S. Mateus — The Tallis Scholars, maestro Peter Phillips, em música portuguesa e inglesa do Renascimento.
 Dia 9, 21.30, na Igreja de S. Roque — o mesmo agrupamento num concerto de música



portuguesa do Renascimento (Estêvão de Brito e Frei Manuel Cardoso);
 Dia 10, 21.30, e dia 11, 18.30, na Academia de Ciências de Lisboa — I Sonatori della Gioiosa Marca, orquestra italiana que acompanhará Meral Bilgen, soprano, e A. Wagner Diniz em árias de autores portugueses e na cantata «Apolo e Dafne» de Haendel;
 Dia 12, 18.30, no Palácio Nacional da Ajuda

se às 16 horas e a entrada é livre.
 Entretanto, para quem queira tomar medidas quanto a bilhetes: no dia 15, quinta-feira próxima, tem início no Teatro Nacional de S. Carlos uma série de representações de Giselle, bailado em 2 actos com coreografia e música, respectivamente, de J. Garcia e Adam, interpretado pela Companhia Nacional de Bailado e Orquestra Sinfónica do Teatro de S. Carlos.
 Deste mesmo bailado estão programadas

«Saudades de Portinari» — que decerto ajudará a conhecer melhor a obra do pintor e o cidadão que foi.

Cinema

Dos ciclos de sessões especiais a decorrer, o que merece mais destaque — acontecimento inédito, em absoluto, em Portugal — é o de Cinema Chinês, organizado pela Cinemateca Portuguesa com o patrocínio da República Popular da China, e com projecções na sala da própria Cinemateca na R. Barata Salgueiro, 39.

O ciclo, que se iniciou antontem, prolonga-se até inícios de Novembro e inclui 37 filmes realizados entre 1927 e 1986. Nenhum deles é legendado em português, alguns são — no em francês ou inglês e outros terão tradução simultânea.

Projeções: hoje, sexta e sábado às 18.30 e 21.30; segunda, dia 12, às 18.30; terça, dia 13, às 21.30; quarta, dia 14, às 18.30.

Entretanto, e também na Cinemateca, mais dois ciclos: um de cinema Português, que inclui Fado — História de uma Cantadeira, de Perdigão Queiroga, com Amália Rodrigues (1947) — segunda, dia 12, 21.30; e Três Espelhos, do espanhol Ladislao Vajda, com João Villaret e Carmen Dolores (1947) — terça, 13, 18.30. Do outro ciclo, dedicado ao realizador John Huston, exhibe-se esta semana Red Badge of Courage («Sob a Bandeira da Coragem»), de 1951. No sábado, 10, às 15.30.

Mas se vive em Lisboa e pode ir uma vez ao cinema escolha, sem hesitação, Lucky Luciano, «obra» de dois excelentíssimos senhores: o realizador Francesco Rosi e o actor Gian Maria Volonté. O filme, de 1973, exhibe-se no Forum Picoas nos dias 9 e 10, sexta e sábado, às 19.00 e às 22.00.

Na mesma sala mas nos dias 13 e 14, Asfalto à 13.ª Esquadra, de 1976, considerado por muitos o melhor filme de John Carpenter.

Aqueduto

Depois de nos ter permitido ver a sua Mãe de Água, o Aqueduto das Águas Livres (de Lisboa, claro) abre-nos agora a possibilidade de ir ver os seus Arcos Grandes. Para estes a entrada faz-se pela Calçada da Quintinha, a Campolide. Só aos sábados e domingos das 10 às 17 horas. Como nunca se sabe por quanto tempo se dispõe a Câmara Municipal de Lisboa a desvendar-nos os seus (da cidade) segredos e a prolongar estas «animações culturais», é bom não deixar a visita para as calendas gregas...



Рис. А. Джанирова.

Exposições

• LISBOA

Amadeo de Souza Cardoso — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 25/10).

Ana Gonçalves — Tecidos. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

«9 Artistas Franceses — 87» — Galeria do Piso 1 do Centro de Arte Moderna.

«Artistas Surrealista I» — Pintura e Escultura. Escada Centro de Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 14.00, sáb. e dom., das 10.00 às 14.00.

Clara Azevedo — Galeria Diferença, R. de S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 11/10).

Colectiva — Desenho e Pintura. De António Folgado, António Castilho, Pedro Monteiro e José Mouga. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb., das 15.00 às 19.00 (até 30/10).

Colectiva do António Arroio — Trabalhos de alunos de várias áreas no último ano lectivo. Escola António Arroio, de 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 20.00 (até 9/10).

Colectiva — Artex Galeria, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.

Colectiva — Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Colectiva — Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

«30 Desenhos de Portinari» — Na Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna.

A exposição será completada pela conferência «Saudades de Portinari», por Mário Dionísio, no dia 9 de Outubro, às 18.30, na Sala de Exposições Temporárias do CAM.

Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

IV Exposição Nacional de Gravura — Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias, Av. de Berna, 45.

Fotógrafos Ingleses — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. Diariamente das 12.00 às 14.00 (até 21/10).

«Fronteira Sul» — Trabalhos de artistas das Canárias. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom., das 14.00 às 20.00.

Galli Bibiena — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).

Homenagem a Peniche Galvães — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 13.00.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Jóias do Quotidiano da Família Real — Palácio Nacional da Ajuda, sala do Retrato da Rainha. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 16/10).

Joseph Kosuth — Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 24/10).

Luis Lamela — Galeria De 2.ª a 6.ª, das 09.00 às 19.00 (até 9/10).

Maria José Escolástico e Júlio Pego — Pintura. Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. 2.ª e 3.ª, das 18.00 às 20.00, de 4.ª a sáb., das 18.30 às 21.30 (até fim de Outubro).

Pintura Maneirista — Do Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra. Galeria Almada Negrellos, Av. da República, 16.

Paula Ruella — Pintura. Galeria Da Vinci, Rua de Belém, 75-77. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 15/10).

Steve Currie — Galeria Diferença, R. de S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 11/10).

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

• PORTO

«O Barco Rabelo», Centro Regional de Artes Tradicionais, R. da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/10).

III Bienal de Desenho da Arvore — Antologia de desenho do século XX com 145 trabalhos. Mercado Ferreira Borges.

Colectiva — Arte para Férias. Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Colectiva — Casa de Serralves, R. de Geraldês, 80. De 3.ª a dom. das 14.00 às 18.00 (até 11/10).

Colectiva — Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Ernesto de Sousa — Casa de Serralves, R. de Geraldês, 80. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 11/10).

«Figuras» — Fundação Engenheiro António de Almeida, Rua Tenente Valadim, 231. De 2.ª a sáb., das 14.30 às 18.30.

«O Habitat dos sem Abrigo» — Centro Unesco do Porto, Rua José Falcão, 100 r/c. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.00 (até 16/10).

• OUTRAS LOCALIDADES

Jules Heyndels — Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço — ALMANSIL.

Augusto Cabrita e Vítor Figueiredo — «Mosteiro da Batalha», fotografia. Das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 19.00 (até 15/10). Museu do Mosteiro — BATALHA.

Delfim Maya — Exposição comemorativa

do centenário do escultor. Museu José Malhoa. CALDAS DA RAINHA.

Francisco Elias — Cerâmica e miniaturas. Museu de Cerâmica (até final de Outubro) — CALDAS DA RAINHA.

III Bienal de Chaves — Os trabalhos premiados. Pavilhão do GATAT, Av. dos Aliados. Das 16.00 às 19.00 e das 20.00 às 23.00 (até 15/10) — CHAVES.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Colectiva — Circulo de Artes Gráficas, R. Castro Matoso — COIMBRA.

Miranda Justo e Tília Saldanha — Pintura. Circulo de Artes Plásticas, R. Castro Matoso — COIMBRA.

Fabrica de Cerâmica — Museu Nacional de Ciência e Técnica, R. da Ilha (junto à Sé Velha) — COIMBRA.

Colectiva — Pintura, arte romana e azulejos dos séculos XVII e XVIII. Galeria Constância, R. Luís de Camões. De 4.ª a dom. das 14.00 às 20.00. CONSTANCIA.

Individual de Álvaro Perdigão; colectiva de Bual, Cargaleiro, Kira, outros — pintura, escultura, colagem, tapeçaria, serigrafia. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B. Das 14.30 às 23.30 (até 30/10) — COSTA DA CAPARICA.

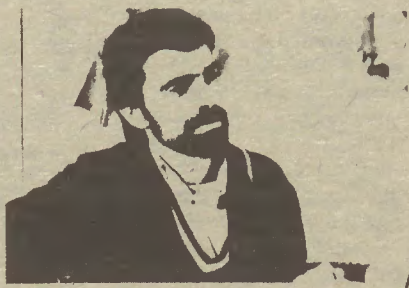
«Evora — Os Povos e as Artes» — Salão Nobre dos Paços do Concelho. EVORA.

«História ao Vivo — a Escola Val ao Museu» — Documental sobre a influência dos romanos no Algarve, a vida conventual em Faro, a vida rural em Santa Bárbara de Nexe, etc. Museu Arqueológico (até 9/10) — FARO.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00. OEIRAS.

III Feira de Arte — Galeria de Arte do Casino (até 18/10) — PÓVOA DO VARZIM.



antónio folgado



antónio castilho



pedro monteiro



josé mouga

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.

«Casals no Tempo dos Romanos» — Museu de Arqueologia e Etnografia (até 18/10) — SETÚBAL.

Celestino Alves — «Pequena Antologia». Casa do Bocage, R. Edmond Bartissol. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 25/10) — SETÚBAL.

Lima de Freitas — «Mito. Simbologia. Figura». Convento de Jesus, Galeria de Exposições Temporárias (18/10) — SETÚBAL.

Felícia/Cuca — Pintura e cerâmica. Junta de Freguesia de S. Julião, rua Jorge de Sousa, 3. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 (até 29/10) — SETÚBAL.

1.ª Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.

Duarte Saraiva — Museu Regional. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00, sáb. e dom. das 14.00 às 18.00 (até 15/10) — SINTRA.

«Exposição no Palácio» — Colectiva, no Palácio da Pena. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 30/10) — SINTRA.

Colectiva — «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 31/10) — TAVIRA.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.

«Colectiva» — Galeria Forum, Casa-Museu de Almeida Moreira. VISEU.

Tempo

Fim de Semana

Sábado: períodos de céu muito nublado, vento moderado a forte de Noroeste, com rajadas; aguaceiros, possibilidade de queda de neve na serra da Estrela.

Domingo: pequena subida de temperatura; céu pouco nublado, temporariamente muito nublado no Norte.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



a TV

Continua a perder-se tempo...

O tratamento noticioso da visita a Portugal do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, certamente não primou pela cordialidade nem por aquela natural simpatia tão justificada pelo significado da visita. Houve sempre uma atitude de frio distanciamento como se se tratasse de uma visita vulgar de um qualquer vulgar chefe de Estado. Com a objectividade, aqui e ali, a mascarar um certo tipo de provocaçõeszinhas.

Como é possível que certa gente vibre com tão acrisolado «patriotismo» (Eça chamar-lhe-ia **patriotelismo**...) os desafios internacionais de futebol e receba, de coração tão frio, gente mais do que amiga, gente irmã?

Gente nossa irmã que sofre, na carne já tão martirizada, os ataques de potências estrangeiras.

De facto, encontrava-se José Eduardo dos Santos, entre nós, quando chegou a notícia de mais uma agressão da África do Sul: um brutal bombardeamento que causou vítimas e estragos...

Dias antes, a propósito das deficientes relações que têm existido entre Luanda e Lisboa, o presidente José Eduardo dos Santos, exortara os responsáveis da política portuguesa «a recuperarem o tempo perdido».

«Enquanto é tempo», acrescento eu. Infelizmente, na televisão portuguesa continua-se a deitar o tempo pela janela fora.

Os cães ladram, a história passa...

Aquilo era formalmente, um encontro entre jornalistas. Na realidade, torna-se difícil dizer o que aquilo era.

Tratava-se de uma iniciativa do Clube de Imprensa. À volta da mesa se juntaram João Soares, comentador político, com basta frequência de televisão; Joaquim Vieira, do **Expresso**; Jorge Heitor, da **Lusa**; e para terminar o ramalhete, Jaime Nogueira Pinto...

Ou seja: não ocorreu a ninguém temperar o caldo com a presença de um amigo do povo angolano. Eis o entendimento que certas pessoas fazem de pluralismo...

O Vieira dizia que «o governo angolano é muito ideológico» (?). Era da opinião de que as formas ideológicas tinham falhado e havia que tentar outras...

O Heitor avançava que o governo angolano é muito orgulhoso de si «e com atitudes racistas».

O Soares definia o dramatismo da situação: em Angola, não é possível o desenvolvimento numa situação de guerra; logo, havia que pôr cobro à guerra. Como? Através de um entendimento com a UNITA...

Para o Pinto, o regime fracassara. Logo, nada se modificaria se Luanda não mudasse de regime! Não faz as coisas por menos...

O Soares quer o pragmatismo. Para o Vieira há prestígio exterior para a UNITA. O Heitor põe a tónica no conflito Leste-Oeste. Pinto, esse avança para a liquidação do MPLA.

Numa coisa estão todos de acordo: a África do Sul ataca, bombardeia, safa, com os seus aviões, a UNITA do total aniquilamento. Pinto avança uma explicação peregrina: «A autoridade moral de Luanda é nula, porque também recebe ajuda estrangeira...» Pinto «esquece» que o auxílio das forças cubanas se efectuou exactamente para conter a invasão da África do Sul...

A intriga, a desinformação, a má-fé campearam por ali sem que se fizesse ouvir uma voz de esclarecimento. Assim se trabalha na televisão, precisamente no momento em que o presidente de Angola se encontrava em Portugal. E se a isto não se chamar provocação, que nome se lhe há-de dar?

O cúmulo, porém, aconteceu com Joaquim Vieira. Ele reconhece que há infiltrações a partir do Zaire... Reconhece que Savimbi, um negro, conta com o apoio da África do Sul do *apartheid*... Reconhece a ligação de Savimbi com o exército colonial português, durante a guerra de libertação de Angola. Conclusão: José Eduardo dos Santos deve entender-se com Savimbi!!!

E diz isto do alto da sua cátedra, inconsciente (?) da «solução» perversa. Diz isto sem que uma voz se levante para lhe contrariar o efeito. Ninguém ali para dizer que a solução do conflito reside na obrigação internacional de levar a África do Sul ao cumprimento da resolução 435. Mais nada. Quando isso acontecer a UNITA apaga-se, porque o seu oxigénio não lhe vem do povo angolano mas do *apartheid*.

Na dita mesa-redonda houve muitos outros motivos de nojo. Mas os que se apontam já bastam para justificar a indignação do telespectador sensato.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O que se quiser...

«Come to Portugal/to make money». Por momentos, não só a imagem mas também a voz sempre tão apessoadas de Cadilhe entram na reportagem que chega dos EUA para o Jornal de Sábado na RTP-1: o locutor que resumia o evento — um jantar de gala com financeiros americanos, convenientemente engalanado com veludos, lustres, porcelanas e cristais — fizera a pausa necessária para pôr em destaque a frase-chave do *sedutor* ministro português.

Cadilhe, Cavaco, este Governo, são esta e muitas outras histórias. Milhares de páginas. Para amostra, recortes avulsos dos jornais dos últimos dias da passada semana. Todos sobre a oferta de Portugal «para fazer dinheiro»...

Abrir a porta...

● **Washington.** «Uma vasta delegação portuguesa está a participar nas reuniões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, as quais decorrem desde o início da semana no Sheraton Washington Hotel, transformado na meca da finança mundial. Além do ministro das Finanças, figuram na lista de participantes o governador do Banco de Portugal, o chefe de gabinete do ministro, Guedes Vieira, Palmeiro Ribeiro, vice-governador do Banco de Portugal, [e seguem-se 25 nomes — altos funcionários do Ministério das Finanças, presidentes de bancos, etc.]»

(«Tempo», 1. Out.)

... aos que queiram explorar...

● Os delegados portugueses presentes na reunião anual do Fundo Monetário Internacional com o Banco Mundial estão convictos de que o seu tempo foi bem dispendido e de que em breve se revelará proveitoso. O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, anunciou formalmente na passada quinta-feira, em Washington, que Portugal aderirá à nova organização internacional — Agência Multilateral de Garantias ao Investimento.

A finalidade desta agência é promover investimentos produtivos por parte dos seus países-membros, através de garantias financeiras contra os falhanços não comerciais. Por outras palavras, se os investidores estrangeiros em Portugal ou os portugueses no estrangeiro perderem dinheiro devido a terramotos, guerra, expropriações, ou outras causas do mesmo género, o Governo reembolsará o dinheiro perdido.

(...) Cadilhe encontrou-se também com os directores da Cooperação Internacional de Finanças e salientou que o investimento «per capita» em Portugal é bastante mais baixo do que em países como a Jugoslávia e a Grécia. O investimento da CIF na Jugoslávia, no ano passado, rondou os 380 mil dólares, enquanto em Portugal ficou apenas nos 15 100 dólares.»

(«Expresso», 3. Out.)

... os nossos hotéis...

● «Um novo quatro estrelas com 220 quartos e *suites* acaba de enriquecer a já privilegiada zona de Sagres, trata-se do Navigator Hotel. O turismo passa assim a dispor de

uma nova unidade hoteleira com as características necessárias para agradar às pessoas que procuram o Algarve para as suas férias, e também aos que preferem o Sul do País para concretizar os seus negócios, nomeadamente os internacionais.

Propriedade de um holandês, Varinga, que fez de Sagres a sua casa natural.»

(«Tempo», 1. Out.)

... os nossos têxteis...

● «(...) Nos últimos dias começaram a surgir dados, oriundos de fontes insuspeitas, segundo os quais, as importações de determinados produtos têxteis (e não são tão pouco como isso) estão a crescer, assustadoramente, em detrimento das exportações.

Segundo essas fontes, as exportações portuguesas de produtos têxteis e de vocabulário baixaram de 17 760 toneladas no primeiro semestre de 1986 para 14 310 toneladas no primeiro trimestre de 1987, o que representa um decréscimo de cerca de 20%.

(...) O Governo do Primeiro-Ministro Cavaco Silva originou tudo isto, quando, numa posição a todos os títulos inaceitável, permitiu, objectivamente, que a CEE assumisse uma posição de liberalização em relação a países terceiros, enquanto que para Portugal, já então *seu membro de pleno direito*, era mantido o regime de quotas!»

(«Jornal de Notícias» citado por «Diário de Notícias» em 1. Out.)

... o nosso peixe...

● «Exportar 500 toneladas anuais de robalo e pregado para os mercados de Itália, França, Espanha e Inglaterra, é o principal objectivo de uma empresa de piscicultura com capitais portugueses, noruegueses e suecos, recentemente formada na região da Figueira da Foz. «Albapor» é a designação comercial do projecto que envolve uma participação estrangeira na ordem dos 75 por cento e já absorveu, segundo os seus responsáveis, um investimento de 60 mil contos (...).»

(«Expresso», 3. Out.)

● «Pescanova ganhou no mercado português há oito meses e o seu volume comercial permite à empresa considerar que o nosso país é um grande mercado consumidor de congelados. Com tendência para aumentar.

Pescanova é uma das principais empresas pesqueiras

espanholas sediada em Vigo e com significado na exportação espanhola, classificada entre as 133 grandes empresas da indústria alimentar do País vizinho (...).»

(«Tempo», 1. Out.)

... a nossa fome...

● «(...) A produção nacional de carne de bovino começa a estar condicionada pela invasão de carne espanhola, de que absorvemos nos últimos tempos cerca de 80 por cento...

(...) O fomento da ovinicultura, sector em que Portugal disporia à partida de vantagens comparativas, é posto em causa pela concorrência de países estrangeiros à própria CEE, como a Nova Zelândia, o que já fez baixar surpreendentemente os preços ao criador nacional, desincentivando-se de tal actividade.

(...) As companhias Dreyfus, francesa, Cargill e Continental Grain, norte-americanas, além de já operarem em Portugal (graças à «diligente» acção do ministro Álvaro Barreto...) prepararam-se para vir a controlar 80% do nosso mercado de cereais ocupando o lugar da EPAC. Segundo anunciou o «Semanário» a Cargill vai instalar-se em Lisboa, e o que está em jogo é um negócio de muitos milhões, que nem o próprio Salazar deixou cair nas mãos dos estrangeiros... Note-se que esta empresa é a maior multinacional do mundo na bolsa de mercadorias abrangendo cereais, café, cacau, algodão, borracha, lã, etc.»

... a nossa sede...

● «(...) Igualmente na onda das desnacionalizações e de baixo do olho das multinacionais está a Centralcer, empresa pública que é a 1.ª no ramo das bebidas e a 4.ª no sector agroalimentar, com uma situação líquida positiva superior a 7 milhões de contos. A Pepsicola já anuncia que não renova o contrato de representação que tem como Centralcer; a Seagram, canadiana, avança no controlo do vinho do Porto agrupando já em Portugal 11 firmas de bebidas; a Tate Lile, inglesa, está igualmente a crescer na área vitivinícola através do controlo do grupo Alcântara... enfim, as multinacionais das bebidas preparam rigorosamente o terreno para dominar este importante sector agro-alimentar (...).»

(«o diário», 3. Out.)

... enfim, tudo!

● «As estatísticas gerais do comércio entre Portugal e o Japão, durante os meses de Janeiro a Maio deste ano, revelam o crescimento regular das trocas bilaterais, mas com acentuada vantagem para as exportações daquele país.

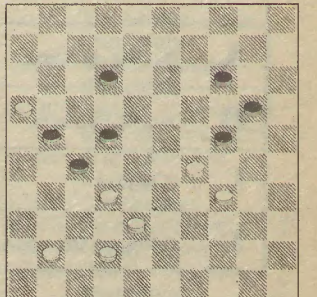
Naquele período, o Japão vendeu-nos mercadorias no valor de 168,144 milhões de dólares norte-americanos (mais 76,2 por cento do que nos cinco primeiros meses de 1986), enquanto nos comprou apenas, e na mesma fase, produtos quantificados em 34,285 milhões de dólares (crescimento de 2,9 por cento). Verifica-se, portanto, que houve balanço favorável aos japoneses de 133,859 milhões de dólares (115,5 por cento).»

(«Tempo», 1. Out.)

Damas

CXXII – 8 de Outubro de 1987
PREPOSIÇÃO N.º 122
Por: J.J.H. Mertens – 1937

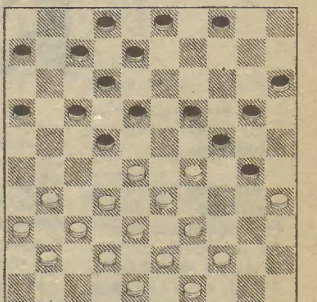
Pr.: [7]: 12-14-20-21-22-24-27
Br.: [7]: 16-29-32-34-38-41-42



Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 122

Br.: A. de M.M.
Pr.: Freddy Egels (B)
Pr.: [16]: 2-3-4-6-7-8-12-15-16-17-18-19-20-22-24-30
Br.: [16]: 28-29-31-32-33-35-36-37-38-39-41-42-43-44-48-49



Jogam as brancas e ganham um peão (B+1)

SOLUÇÕES DO N.º CXXII
N.º 122 (JJHM): 41-46 (24x33) 38x29 (27x47) 16x7 (47x24)

| Se (24-35) 34-30+
7-2 | Se (24-47) 34-29+
| Se (14-19) 34-29
(24x47) 2x15+

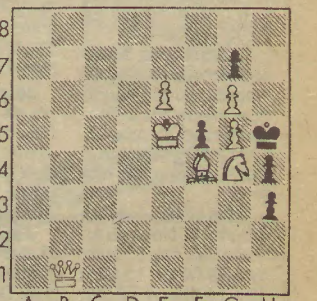
Golpe N.º 122 (A. de M.M.): 29-23 (18x29) 28-23 (29x18!) 33-28 (22x33) 38x29 (24x33) 35x11 e 39x28 B+1

■ A. de M.M.

Xadrez

Xadrez
CXXII – 8 de Outubro de 1987
Proposição N.º 122

Por: PH Klett
«Schachprobleme», 1878
Pr.: [5]: Ps.f5, g7, h3, h4-Rh5
Br.: [7]: Ps.e6, g5, g6-Cg4-Bf4-Db1-Ré5



Mate em dois lances

Jogo N.º 122
Interzonal de Zagrebe, 1987
Br.: Kortchnoi – Pr.: Hulak

1. Cf3, Cf6; 2. g4, g6; 3. Cg3, Bg7; 4. é4, 0-0; 5. Bb2, d6; 6. d4, é5; 7. 0-0, Cg6; 8. d5, Cb7; 9. Cb1, Cd7; 10. Bb3, f5; 11. f3, f4; 12. Bf2, g5; 13. Cb5, a6; 14. Ca7, T:a7; 15. Ba7, b6; 16. b4, Bb7; 17. c5, d:c5; 18. Tc1, Cc8; 19. b:c5, Ba8; 20. c6, Cf6; 21. B:b6, C:b6; 22. B:a6, g4; 23. Cd3, g3; 24. h3, Cb8; 25. Cc5, Db8; 26. a4, Cd6; 27. a5, Cb8; 28. Rh1, Da7; 29. Dc2, Cc7; 30. Tb1, Cg6; 31. Tf1, Bf6; 32. Bf1, B:c6; 33. d:c6, Da5; 34. Ta1, Db4; 35. Cb6... as pretas abandonam.

Solução do N.º 122
Chave: 1. g5:f6 en passant!

Nota: A tomada «En Passant» só pode ser chave de um problema se se demonstrar que o duplo avanço do peão (neste caso o peão f) foi o último lance das pretas!

Aos leitores cabe verificarem a legitimidade desta chave. Só o será se o peão, na jogada anterior fez f7:f5!

■ A. de M.M.